

RELATÓRIO DE GESTÃO 2011 SUEST/RO

GESTÃO ADMINISTRATIVA

FUNASA
FUNASA

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE RONDÔNIA



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde
Superintendência Estadual de Rondônia

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Porto Velho/RO
2011



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde
Superintendência Estadual de Rondônia

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN/TCU nº 63/2010, DN/TCU nº 108/2010; DN TCU 117/2011, Portaria/CGU Nº 2.546/2011 e Portaria/TCU Nº 123/2011.

Porto Velho/RO
2011

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS.....	5
LISTA DE GRÁFICOS	7
LISTA DE QUADROS	7
LISTA DE TABELAS.....	8
INTRODUÇÃO	9
1. INFORMAÇÕES SOBRE A IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONDA	11
1.1. IDENTIFICAÇÃO DA UJ - RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL	11
1.2. Qualificação da Superintendência Estadual	12
2. INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE.....	14
2.1 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE.....	14
2.2 ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS.....	16
2.3 – PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ.....	18
2.3.1 - Identificação da subações sob responsabilidade da UJ.....	18
2.3.2 - Resumo da Execução Física das subações realizadas pela UJ.....	38
2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro	49
2.4.1 - Programação Orçamentária da Despesa	49
2.4.2 – Programação de Despesas Correntes.....	49
2.4.3 – Programação de Despesas de Capital.....	49
2.4.4 – Execução Orçamentária da Despesa.....	49
2.4.5 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação. ..	52
2.4.6 – Despesas de capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos recebidos por Movimentação.....	54
Análise crítica	55
2.4.7- Indicadores Institucionais 2011	56
Análise crítica.....	61
3. INFORMAÇÕES SOBRE RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.....	61
3.1 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.....	61
4.INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	62
4.1. PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	62
4.2. ANÁLISE CRÍTICA	62
5. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS.....	63
5.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS	65
5.2 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS	65
5.3 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS	65
5.4 DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	67
5.5 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA PELA UNIDADE JURISDICIONADA	68

5.6 – Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos.....	69
6. INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS REALIZADAS PELA UJ	
6.1 Transferências efetuadas no exercício	69
<i>6.2 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios , termos de cooperação e de contratos de repasse</i>	<i>69</i>
6.2.1- Informações sobre análise de prestação de contas de convênios de contratos de repasse	70
<i>6.3 Análise Crítica</i>	<i>71</i>
7. DECLARAÇÃO REFERENTES A CONTRATOS E CONVÊNIOS.....	71
8. INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES RELATIVAS À ENTREGA E AO TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS.....	72
8.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8,730/93	72
<i>8.2 Análise crítica.....</i>	<i>72</i>
9. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DOS SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ	72
<i>9.1 Estrutura de controles internos da UJ</i>	<i>72</i>
10. INFORMAÇÕES QUANTO A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS E MATERIAIS DE TI.....	74
<i>10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis</i>	<i>74</i>
11. INFORMAÇÕES SOBRE GESTÃO DE PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO.....	75
<i>11.1. Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial.....</i>	<i>75</i>
12. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TI.....	81
13. INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO.....	81
<i>13.1- Despesas com cartão de crédito corporativo da UJ.....</i>	<i>81</i>
14. INFORMAÇÕES SOBRE RENÚNCIA TRIBUTÁRIA.....	82
15. INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER AS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU.....	82
<i>15.1. Deliberações do TCU atendidas no exercício.....</i>	<i>82</i>
<i>15.2. Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício</i>	<i>82</i>
<i>15.3. Recomendações do OCI atendidas no exercício</i>	<i>82</i>
<i>15.4. Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício,</i>	<i>82</i>
16. INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO.....	83
<i>16.1. Recomendações da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendidas no exercício.....</i>	<i>83</i>
<i>16.2. Recomendação da unidade de controle interno ou de Auditoria Interna pendentes de atendimento.</i>	<i>83</i>
17. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO.....	83
17.1- Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis.....	83
CONCLUSÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO	86

ANEXOS

Anexo I – Organograma – Superintendência Estadual de Rondônia	88
Anexo II – Declaração do Superintendente sobre os registros atualizados no sistema SIASG e SICONV.....	89
Anexo III – Quadro A.15.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	90
Anexo IV – Quadro A.15.4 – Situação das Recomendações do OCI que permanecem Pendentes de Atendimento no exercício	95
Anexo V – Quadro A.16.1 – Informações sobre Recomendação da Unidade de Controle Interno ou de Auditoria Interna Atendida no Exercício	97
Anexo VI – Quadro A.16.2 – Informações sobre Recomendação de Unidade de Auditoria Interna Pendente de Atendimento no Final do Exercício de Referência	99
Anexo VII – Declaração do Contador com Ressalva (Suest/RO)	107

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

ABES	Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental
AIS	Agente Indígena de Saúde
AISAN	Agente Indígena de Saneamento
ART	Artigo
CASAI	Casa de Apoio a Saúde Indígena
CERON	Centrais Elétricas de Rondônia
CGU	Controladoria-Geral da União
CLSI	Conselho Local de Saúde Indígena
CONDISI	Conselho Distrital de Saúde Indígena
CORE-RO	Coordenação Regional de Rondônia
DANT	Doenças e Agravos Não- Transmissíveis
DENSP	Departamento de Engenharia de Saúde Pública
DESAI	Departamento de Saúde Indígena
DIADM	Divisão de Administração
DIESP	Divisão de Engenharia de Saúde Pública
DN	Decisão Normativa
DSEI	Distrito Sanitário Especial Indígena
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
GESCON	Setor de Gestão de Contratos
GRPU	Gerência Regional do Patrimônio da União
IN	Instrução Normativa
LACEN	Laboratório Central
LOA	Lei Orçamentária Anual
NICT	Núcleo Intergestor de Cooperação Técnica
OCI	Órgão de Controle Interno
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
PAC	Plano de Aceleração do Crescimento
PCSMO	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional
PESMS	Programa de Educação em Saúde e Mobilização Social
PLAMSUS	Sistema de Planejamento, Orçamento e Monitoramento das Ações do Sistema Único de Saúde.
PMSB	Plano Municipal de Saneamento Básico

PPA	Plano Pluri Anual
PSFI	Programa de Saúde da Família Indígena
RG	Relatório de Gestão
RIP	Registro Imobiliário Patrimonial – RIP (É o cód. do imóvel gerado de acordo com lei de formação estabelecida pela SPU)
SAEOF	Seção de Execução Orçamentária e Financeira
SALOG	Seção de Recursos Logísticos
SCDP	Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
SECAP	Setor de Capacitação
SEREH	Serviço de Recursos Humanos
SESAI	Secretaria Especial de Saúde Indígena
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria
SIGPLAN	Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SINAN	Sistema Nacional de Agravos Notificáveis
SINASC	Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos
SIORG	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SISAC	Sistema de Avaliação de atos de Admissão e Concessões
SISCOESC	Sistema de Controle de Estoque e Consumo de Medicamentos
SISCON	Sistema de Convênios
SMS	Secretaria Municipal de Saúde
SOORC	Setor Orçamentário
SOPAT	Setor de Patrimônio
SPU	Secretaria do Patrimônio da União.
SUEST-RO	Superintendência Estadual de Rondônia
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
UG	Unidade Gestora
UGO	Unidade Gestora Orçamentária
UJ	Unidade Jurisdicionada
UO	Unidade Orçamentária

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Desempenho das Metas do Plano Operacional de 2011 (Ações e Subações)	48
Gráfico 2 – Situação do Quadro de Servidores da SUEST/ RO – Situação apurada em 31.12.2011	66

LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual.....	11
Quadro A.2.1 – Identificação do Programa, Ação e Subação (0122)	18
Quadro A.2.1.2 – Demonstrativo da Execução por Ação de Governo (20 AF)	18
Quadro A.2.1.2 – Identificação da Subação (47484 – Apoio ao Controle de Qualidade da Água para Consumo Humano) ...(Saneamento Ambiental).....	19
Quadro A.2.1.3 – Demonstrativo da Execução por Ação de Governo (10GD)	19
Quadro A.2.1.4 – Identificação da Subação (47483 – Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água)	20
Quadro A.2.1.5 – Demonstrativo da Execução por Ação de Governo (10GE)	21
Quadro A.2.1.6 – Identificação da Subação (47564 – Implantação e Melhorias de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário).....	21
Quadro A.2.1.7 – Demonstrativo da Execução por Ação de Governo (20AG)	23
Quadro A.2.1.8 – Identificação da Subação (47503 – Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico)	23
Quadro A.2.1.9 – Demonstrativo da Execução por Ação de Governo (7652)	24
Quadro A.2.1.10 – Identificação da Subação (47583 – Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos)	24
Quadro A.2.1.11 – Demonstrativo da Execução por Ação de Governo (2272)	25
Quadro A.2.1.12 – Identificação da subação (47563 – Apoio ao Processo de Seleção do PAC)	25
Quadro A.2.1.13 – Demonstrativo da Execução por Ação de Governo (6908)	26
Quadro A.2.1.14 – Identificação da Subação (47303 - Fomento à Educação em Saúde voltada para Saneamento Ambiental)	26
Quadro A.2.1.15 – Identificação do Programa, Ação e Subação- 1287	28
Quadro A.2.1.16 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo (10GC)	28
Quadro A.2.1.17 – Identificação da subação (47523 Implantação e Melhoria de Serviços de Saneamento em Escolas Públicas Rurais)	28
Quadro A. 2.1,18 – Demonstrativo da Execução por Ação de Governo (7656)	29
Quadro A.2.1.19 – Identificação da Subação (47543 – Implantação de sistemas de Abastecimento de Água em Comunidades Rurais)	29
Quadro A.2.1.20 – Demonstrativo da Execução por Ação de Governo (7684)	30
Quadro A.2.1.21 – Identificação da subação (41000 – Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos)	30
Quadro A.2.1.22 – Identificação do Programa , ação e Subação - (8007)	31
Quadro A.2.1.23 – Demonstrativo da Execução por Ação de Governo (10 GG)	31
Quadro A.2.1.24 – Identificação da subação (47603 – Implantação e melhoria de sistemas Públicos de manejo de Resíduos Sólidos)	32
Quadro A.2.1.25 – Identificação do Programa, ação e Subação (0122) Demonstrativo da Execução por Ação de Governo (10GG)	32
Quadro A.2.1.26. – Demonstrativo da Execução por Ação de Governo (20 AF)	33
Quadro A.2.1.27 – Identificação da subação (47283 – Apoio ao controle de Qualidade de Água para o Consumo Humano ...(Saúde Ambiental).....	33
Quadro A.2.1.28 – Identificação do Programa, ação e Subação (1138)	34
Quadro A.2.1.29 – Demonstrativo da Execução por Ação de Governo (3883)	34
Quadro A.2.1.30 – Identificação da subação (47485 – Implantação e Melhoria de Serviços de Drenagem e	34

Manejo Ambiental para Prevenção e Controle da Malária)	
Quadro A.2.1.31 – Identificação do Programa, ação e Subação (0016)	35
Quadro A.2.1.32 – Demonstrativo da Execução por Ação de Governo (4572)	36
Quadro A.2.1.33 – Identificação da subação (47604 – Participação de Servidores Públicos Federais em Eventos de Capacitação)	36
Quadro A.2.1.34 – Identificação do Programa, ação e Subação (0750)	36
Quadro A.2.1.35 – Demonstrativo da Execução por Ação de Governo (20CW).....	37
Quadro A.2.1.36 – Identificação da Subação (47264 - Assistência Medica aos Servidores e Empregados Públicos (Exames Periódicos)	37
Quadro A.2.2 – Resumo da Execução Física das subações realizadas pela UJ	38
Quadro A.2.3.3. – Desempenho das metas do plano Operacional 2011 (ações e Subações)	46
Quadro A.2.3 – Identificação das unidades orçamentárias.....	49
Quadro A.2.7 – Movimentação Oçamentária por Grupo de Despesa.....	50
Quadro A.2.11 – Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação	52
Quadro A.2.12 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	53
Quadro A.2.13- Despesas de Capital por Grupo e elemento de Despesa dos Créditos recebidos por Movimentação	54
Quadro A.2.29 – Indicadores de Saneamento Ambiental	58
Quadro A.4.1 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores	62
Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da SUEST-RO - Situação apurada em 31/12/2011	63
Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12/2011.	63
Quadro A.5.3 – Detalhamento estrutura de cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ – Situação apurada em 31/12/2011.	64
Quadro A.5.4 – Quantitativo de servidores da SUEST-RO por faixa Etária – Situação apurada em 31/12/2011.	64
Quadro A.5.5 – Quantidade de Recursos Humanos da SUEST-RO por Nível de Escolaridade – Situação apurada em 31/12/2011	65
Quadro A.5.6 – Composição do Quadro de Servidores Inativos – Situação apurada em 31/12/2011	65
Quadro A.5.7 – Composição do Quadro de Instituidores de Pensão – Situação apurada em 31/12/2011	66
Quadro A.5.8 – Composição do Quadro de Estagiários	66
Quadro A. 5.9 – Quadro de custos de Pessoal no exercćio de referência e nos dois anos anteriores	67
Quadro A.5.12 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	68
Quadro A.6.4 – Resumo sobre a Prestação de Contas sobre Transferências concedidas pela UJ na Modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse	69
Quadro A.6.5 – Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse	70
Quadro A.8.1 – Demonstrativo do Cumprimento , por autoridades e servidores da UJ, da Obrigação de entregar a DBR	72
Quadro A.9.1 – Estrutura dos Controles Internos da UJ	72
Quadro A.10.1-Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	74
Quadro A.11.1- Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	75
Quadro A.11.2 – Distribuição espacial dos Bens Imóveis de uso Especial Locados Por Terceiros	76
Quadro A.11.3- Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ	77
Quadro A.13.1- Despesa com Cartão Corporativo por UG e Por Portador	81
Quadro A.13.2 – Despesa com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica).....	82

LISTA DE TABELAS

Tabela I – Qualificação da Superintendência Estadual	12
--	----

INTRODUÇÃO

O presente documento trata do Relatório de Gestão da Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde de Rondônia, referente ao exercício de 2011, elaborado com base na legislação vigente do Tribunal de Contas da União (TCU), composta pela Instrução Normativa nº 63, de 1/9/2010, Decisão Normativa nº 107, de 27/10/2010, Decisão Normativa nº 117, de 19/10/2011 e Portaria nº 277, de 7/12/2010 da Controladoria Geral da União (CGU), 2.546, de 27/12/2010; e ainda, com base no “Roteiro para elaboração do Relatório de Gestão/2011” desenvolvido pela Coordenação Geral de Planejamento e Avaliação – Cgpla, da Presidência da Funasa.

Este relatório tem por finalidade apresentar o desempenho desta gestão para fins de prestação de contas aos órgãos de controle do governo federal, bem como, à sociedade, sobre a execução física e financeira das ações desenvolvidas pela Superintendência Estadual da Funasa em Rondônia, frente às metas pactuadas e os resultados obtidos, no exercício de 2011.

É composto de trinta itens que contemplam informações gerais da gestão referentes a identificação da unidade, planejamento e gestão orçamentária e financeira, recursos humanos e gestão de patrimônio, entre outras. Desses trinta itens, alguns não são executados a nível estadual ou “não houve ocorrência no período”; ou ainda, “não se aplicam à natureza jurídica desta UJ” como ocorre nos itens 14 (informações sobre renúncia tributária) e os itens do número 18 ao 30.

Quanto aos quadros dos subitens 2.4.2, 2.4.3, 2.4.3.1, 2.4.3.2, 2.4.4 e 2.4.4.1; 2.4.4.1.2, 2.4.4.1.3, 6.1 e 12.1 foram excluídos pois “não se aplicam a esta UJ”.

Referente aos quadros do subitem 5.5 (terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada) do tópico 3.1 (reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos) foram excluídos pois não “houve ocorrência no período”.

E ainda, os quadros do subitem 15.2 15.3, não foram utilizados por não ter havido pendência no atendimento às deliberações do TCU no período vigente.

Os resultados físicos apresentados (no subitem 2.3 – Subações sob responsabilidade da UJ, têm por base o desempenho das ações estratégicas executadas pela Superintendência e estabelecidas no Plano Operacional (PO), que contemplam ações de governo constantes no Plano Plurianual (PPA). Os resultados apresentados, bem como, o relato das ocorrências são dados obtidos do Sistema de Planejamento, Orçamento e Monitoramento das Ações do SUS (PlamSUS), por meio do qual é feito o monitoramento das ações. Considerou-se ainda, para efeito de resultado da execução física, os indicadores institucionais apresentados (no subitem A.2.3.2).

As informações referentes ao desempenho orçamentário/financeiro (subitem 2.4); movimentação e os saldos de restos a pagar (item 4) e sobre recursos humanos (item 5), entre outras, foram gerados pelas áreas responsáveis desta SUEST, sob orientação das respectivas coordenações do nível central da FUNASA, sede em Brasília.

O exercício de 2011 foi marcado por profundas mudanças na estrutura da Funasa considerando a publicação do Decreto nº 7.335, de 19/10/2010, quando é redefinida a competência da Funasa, e do Decreto nº 7.336, de 19 de outubro de 2010, que cria a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e transfere a gestão do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena da Funasa para o Ministério da Saúde. Contudo, a gestão do exercício em pauta, 2011, é realizada com base nas competências anteriores, considerando a gestão da saúde indígena, vez que a mudança somente cabendo ainda à Funasa, no período de transição de 180 dias, a partir da publicação dos citados

decretos, assegurar todo o apoio administrativo necessário, para que não ocorra prejuízo das ações e dos serviços prestados aos povos indígenas.

Pontua-se ainda mais uma mudança na estrutura da Funasa, com as publicações das Portarias: 1.712, de julho/10 e 2.742, de setembro/10, que redistribuiu para o Ministério da Saúde servidores que estavam cedidos ao Estado e aos municípios e que atuam no combate e controle de endemias, por força do Acórdão nº 668/2008 – Plenário – TCU. Também, com publicação do Decreto nº 7.336, de 19 de outubro de 2010, que cria a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e ainda a publicação da Portaria nº 3.593, de novembro/10, foram redistribuídos para o quadro do Ministério da Saúde os servidores lotados nos Distritos Sanitários Especiais de Saúde Indígena.

Dessa forma, e com base na legislação vigente, a Funasa manterá sua atuação com ações de inclusão social, por meio do programa de Saneamento para Promoção da Saúde, formulação e implementação de ações prevenção, promoção e proteção à saúde relacionadas com as ações estabelecidas pelo Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental.

1. INFORMAÇÕES SOBRE A IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

1.1. Identificação da UJ - Relatório de Gestão Individual

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Saúde		Código SIORG: 304-MS	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Estadual de Rondônia			
Denominação abreviada: Suest/RO			
Código SIORG: 2207 (FUNASA)	Código LOA: 36211	Código SIAFI: 255022	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Fundação do Poder Executivo			
Principal Atividade: Promoção de Programas de Saúde, federal, estadual e municipal.			Código CNAE: 8412-4/00
Telefones/Fax de contato:	(69) 3216-6138	(69) 3216-6120	(69) 3216-6109
E-mail: corero.gab@funasa.gov.br			
Página na Internet: http://www.funasa.gov.br			
Endereço Postal: Rua Festejos, 167 – Bairro Costa e Silva, CEP 76803-596, Porto Velho-RO			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Instituída pela Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990, pelo Decreto n.º 100, de 16 de abril de 91, em conformidade com o que dispõe o Decreto n.º 7.335, de 19 de outubro de 2010, publicado no Diário Oficial da União, do dia 20 de outubro de 2010.			
Outras normas infra legais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Portaria n.º. 1.776, de 8 setembro de 2003, que aprova o regimento interno da Funasa, que poderá ser reeditada conforme Art. 4º do Decreto n.º 7.335, de 19/10/10.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
"Campo não utilizado"			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
255000	Fundação Nacional de Saúde – FUNASA/Brasília		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
NA		NA	

1.2. Qualificação da Superintendência Estadual

Tabela I – Qualificação da Superintendência Estadual

Nome do Superintendente Estadual	JOSAFÁ PIAUHY MARREIRO
População do Estado	1.576.423 (IBGE Censo 2011)
Nº. de Municípios abrangidos pela SUEST	52

Com a publicação do Decreto nº 7.335, de 19/10/10, que redefine as atribuições e a nova organização da Funasa, a Superintendência Estadual da Funasa em Rondônia, desenvolve suas atividades administrativas agora com nova estrutura; duas Divisões (Administração e Saneamento), cada uma com suas respectivas seções e setores que somam ao todo, cinco seções e nove setores, com base na Portaria nº 1.776, de 9/9/2003, que aprova o Regimento Interno da Funasa, conforme competências discriminadas a seguir:

- ✓ A Superintendência Estadual (Suest) é gerenciada por um Superintendente e tem a competência de coordenar, supervisionar e desenvolver as atividades da Funasa, nas suas respectivas áreas de atuação.
- ✓ Divisão de Administração (DIADM) – gerenciada por um chefe e tem como competência a execução das ações da área administrativa, como orçamento, finança, recursos logísticos e insumos estratégicos. A Diadm tem a seguinte composição:
 - ✓ Seção de Execução Orçamentária e Financeira (SAEOF) – execução orçamentária e financeira, por meio dos dois setores:
 - Setor Orçamentário (SOORC) – execução da programação orçamentária;
 - Setor Financeiro (SOFIN) – execução atividades relativas à programação e execução financeira.
 - ✓ Seção de Rec. Logístico (SALOG) – execução de atividades de apoio administrativo, por meio dos setores:
 - Setor de Comunicação (SOCOM) – execução de atividades de recebimento, classificação, movimentação e expedição de correspondências e arquivo;
 - Setor de Material (SOMAT) – execução de atividades de administração de material e serviços de controle de estoque físico e contábil dos materiais;
 - Setor de Transporte (SOTRA) – execução de atividades relativas a transporte de funcionários, cargas e manutenção da frota de veículos;
 - Setor de Patrimônio (SOPAT) – execução de atividades relativas ao patrimônio.
 - ✓ Serviço de Recursos Humanos (SEREH) – execução da gestão de recursos humanos, composta pelas seguintes seções e setores:
 - Setor de Cadastro e Pagamento (SOCAD) – execução de atividades relativas a pagamento de remuneração e vantagens dos servidores e pensionistas;
 - Setor de Capacitação (SOCAP) – execução de atividades relativas a desempenho e desenvolvimento de recursos humanos;

- ✓ Divisão de Engenharia de Saúde Pública (DIESP) – execução das ações de saneamento e edificações em áreas indígenas, composta por uma seção e um setor:
 - Seção de Análise de Projetos (SAPRO) – execução de atividades relativas à elaboração de projetos para atender a saúde indígena, análise de projetos técnicos, emissão de parecer técnico e prestação de cooperação técnica;
 - Seção de Acompanhamento e Avaliação (SACAV) – execução de atividades relativas ao acompanhamento de obras realizadas com recursos da Funasa, acompanhamento e avaliação da elaboração de projetos e operação e manutenção de sistemas de saneamento e edificações de saúde em área indígena.

Além dessa estrutura organizacional, esta Unidade conta ainda, no período em questão, com o Serviço de Convênios (SECON), responsável pelas atividades relativas à prestação de contas, e o Serviço de Saúde Ambiental (SESAM) responsável pela Saúde Ambiental, Seção de Educação em Saúde – SADUC. com atividades de fomento à Educação em Saúde voltada para o Saneamento Ambiental.

Com a publicação do Decreto nº 7.335, de 19/10/10 registrou-se a seguinte mudança da estrutura apresentada acima:

- ✓ Alteração de Coordenação Regional (CORE) para Superintendência Estadual (SUEST);
- ✓ Saída da saúde indígena e conseqüentemente dos Dsei's;
- ✓ Criação do Departamento de Saúde Ambiental (DESAM) no nível central (Presidência) e do Serviço de Saúde Ambiental (SESAM) na Suest;
- ✓ Criação do Setor de Convênio (SECON) na Suest, com dois setores – Setor de Habilitação e Celebração (SOHAB) e Setor de Prestação de Contas (SOPRE);
- ✓ Alteração da Divisão de Recursos Humanos (DIREH) para Serviço de Recursos Humanos (SREH);
 - ✓ Fusão das seções de cadastro (SACAD) e pagamento (SAPAG) em um setor – Setor de Cadastro e Pagamento (SOCAD); a sigla do setor de capacitação, antes SECAP, passa a ser SOCAP;
- ✓ Alteração da sigla da Seção de Execução Orçamentária e Financeira (SAEOF) para SAOFI;
 - ✓ Fusão dos setores orçamentário (SOORC) e financeiro (SOFIN) para apenas um setor, SOORC.

Essa nova estrutura organizacional está representada no organograma constante do Anexo I, de acordo com o Decreto nº 7.335, de 19/10/10- Pág. 88

Além dessa estrutura organizacional, esta Unidade conta ainda, no período em questão, com um Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal – SIASS, criado através do Acordo de Cooperação Técnica nº 05/2011-SRH/MP, assinado em 31.3.2011 – DOU nº 97 de 3.05.2011, que tem como objeto a execução de ações conjuntas de prevenção e promoção da saúde dos servidores lotados na SUEST-/Funasa/RO e dos 34 órgãos partícipes do Acordo de Cooperação Técnica, visando potencializar o resultado das ações desenvolvidas, com vistas a garantir a implementação da Política de Atenção à saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal, estabelecido no Decreto nº 6.833, de 29.04.2009.

2. INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade

A Fundação Nacional de Saúde (Funasa) é uma instituição pública federal vinculada ao Ministério da Saúde, que, até 31 de dezembro de 2011, tinha como competência, *I - Prevenir e controlar doenças e outros agravos à saúde; II - Assegurar a saúde dos povos indígenas; e III - Fomentar soluções de saneamento para prevenção e controle de doenças*, conforme estabelecido no Decreto nº 4.727, de 9 de junho de 2003, tendo ainda como missão institucional **“Realizar ações de saneamento ambiental em todos os municípios brasileiros e de atenção integral à saúde indígena, promovendo a saúde pública e a inclusão social, com excelência de gestão e em consonância com o SUS e com as metas de desenvolvimento do milênio”**.

Para efeito de registro convém informar que, com a publicação do Decreto nº 7.335, de 19/10/2010, é redefinida nova competência para Funasa, com a aprovação de novo Estatuto e Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas, bem como a exclusão da saúde indígena como responsabilidade institucional, conforme também publicação do Decreto nº 7.336, de 19 de outubro de 2010, que cria a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e transfere a gestão do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, para o Ministério da Saúde. Porém, a gestão do exercício em pauta, 2011, é realizada com base nas competências anteriores citadas acima, considerando a gestão da saúde indígena, vez que a mudança somente ocorreu no último trimestre do exercício de 2011.

A partir do processo de estruturação e implementação do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Fundação Nacional de Saúde assumiu, no período de 1999 a 2010, a responsabilidade de operacionalização das ações de saúde para os povos indígenas, promovendo uma ampla e profunda estruturação institucional para dar conta de tamanho desafio.

No entanto, o exercício de 2011 foi notoriamente marcado por profundas mudanças institucionais nessa área, com a publicação do Decreto nº 7.336, de 19 de outubro de 2010, que cria a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e transfere a gestão do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, competência até então da Funasa, para o Ministério da Saúde. Ainda coube a Funasa, por conta do Decreto Nº 7.461, de 18 de abril de 2011, assegurar até 31 de dezembro de 2011, todo apoio administrativo necessário, para que não ocorra prejuízo na execução das ações e dos serviços prestados aos povos indígenas.

Nesse exercício, portanto, suas responsabilidades institucionais ainda estiveram voltadas para a atuação na área de Saneamento Ambiental e apoio a Saúde dos Povos Indígenas, cujas ações refletem ações de governo, pactuadas no Plano Plurianual e no Programa de Aceleração do Crescimento.

O Saneamento Ambiental é voltado, prioritariamente, a municípios com população de até 50 mil habitantes, onde a Funasa atua por meio de convênios, oferecendo apoio técnico e/ou financeiro para execução de ações de implantação e melhoria de sistemas de abastecimento de água, melhorias sanitárias domiciliares, esgotamento sanitário, drenagem, manejo de resíduos sólidos, e ainda, apoio à gestão, ao controle da qualidade da água e à elaboração de planos municipais de saneamento. Além das ações de convênio realiza ainda ações de execução direta em comunidades indígenas e outras comunidades especiais, como quilombolas, ribeirinhas, reservas extrativistas e assentamentos. Os investimentos visam intervir no meio ambiente, bem como, nas condições de vida das populações vulneráveis, objetivando o controle e redução da mortalidade infantil e da incidência de doenças de veiculação hídrica ou causadas pela falta ou inadequação de saneamento básico e ambiental.

A atuação da Funasa se dá de forma descentralizada, por meio das Superintendências Estaduais – SUEST (com a publicação do Decreto 7.335 a sigla de CORE, de Coordenação Regional, usada até então, com a saída da Saúde Indígena, passa a ser SUEST, de Superintendência Estadual), presentes em todos os estados brasileiros, com sede nas capitais, que têm como competências regimentais: *coordenar, supervisionar e desenvolver as atividades da Funasa* nas suas respectivas áreas de jurisdição.

A Suest-RO, atua com vistas ao alcance das metas institucionais implementando ações de saúde e vigilância e de saneamento ambiental para redução de agravos à saúde e melhor qualidade de vida do seu público alvo.

Para o alcance das metas estabelecidas no seu Plano Operacional 2011, esta Suest executou 15 ações (subações), que contemplam Capacitação de Servidores, Assistência Médica aos Servidores, Apoio ao Controle da Qualidade da Água para o Consumo Humano, Fomento à Educação em Saúde voltada para o Saneamento Ambiental, Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico, Apoio ao Processo de Seleção do PAC 2, Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos, Implantação de Sistemas de Abastecimento de Água em Comunidades Rurais, Implantação e Melhoria de Serviços de Drenagem e manejo Ambiental para Prevenção e Controle da Malária, Implantação e Melhoria de Serviços de Saneamento em Escolas Públicas Rurais, Implantação e Melhoria de Sistemas de Abastecimento de Água, Implantação e Melhoria de Sistemas de Esgotamento Sanitário, Implantação e Melhoria de sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos, além de Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos. De acordo com Sistema de Monitoramento (PlamSUS), do total de 44 metas programadas, 33 foram alcançadas (75%) e 11 não alcançadas (24,8).

Para execução das metas da subação de Saneamento Básico em Aldeias Indígenas, o Ministério da Saúde fez o repasse dos recursos diretamente para a SUEST, por intermédio de “destaque”. A Suest executou um orçamento no valor de 1.686.151,99 (um milhão, seiscentos e oitenta e seis mil cento e cinquenta e um reais e noventa e nove centavos - valor correspondente às obras programadas e contratadas) cujos resultados, bem como, as justificativas, quando couber, serão apresentados de forma mais detalhada nos capítulos referentes aos itens em questão.

Na área de Saneamento a Suest-RO tem atuação em 73% (38) de metas alcançadas nos 52 municípios do estado, com ações de saneamento por meio de convênios do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), abrangendo uma população de 946.413 habitantes. De 2007 (lançamento do PAC) a 2010, foram pactuados 59 Termos de Compromisso que somam um montante de recurso no valor R\$ 83.817.227,39 (oitenta e três milhões, oitocentos e dezessete mil, duzentos e vinte e sete reais e trinta e nove centavos), para implantação e/ou melhoria de ações de saneamento nos municípios. As ações contempladas se referem a Sistema de Abastecimento de Água, Melhorias Sanitárias Domiciliares, Drenagem para o Controle da Malária e Sistema de Esgotamento Sanitário, conforme critérios populacionais, epidemiológicos e de IDH. Do total de projetos, 25 estão em processo de análise, 34 estão aprovados, destes existem 27 obras em execução. Além desses, existem ainda outros 15 convênios, sendo que, 05 estão em análise e 10 em execução. Em 2011, com o PAC 2, foram realizadas visitas e entrevistas técnicas pelos técnicos desta SUEST/RO aos municípios referentes às 87 Cartas Consultas pré-selecionadas, foram analisadas e selecionadas 41 propostas, e 29 propostas foram aprovadas. As ações contempladas se referem à elaboração de projetos para sistemas de abastecimento de água e sistemas de esgotamento sanitário, implantação/ampliação de sistema de esgotamento sanitário, e melhorias sanitárias domiciliares

A Suest-RO presta ainda assessoria técnica e financeira, por meio do Programa de Cooperação Técnica, para elaboração dos Planos Municipais de Saneamento e apoio técnico à gestão/implantação de serviços públicos municipais de saneamento básico.

Para implementar as ações do PAC, constituindo-se como sendo uma das prioridades da Suest-RO, buscou-se, principalmente, intensificar as ações de análise para aprovação dos projetos, acompanhamento dos Convênios em andamento e Prestações de Contas referentes ao PAC, como também, a priorização do processo de seleção do PAC 2, realizando visitas técnicas aos municípios pré-selecionados, realizando entrevistas técnicas, e analisando as propostas dos projetos técnicos apresentados por estes municípios. Houve também, a participação nos processos de Cooperação técnica junto aos municípios, para elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico e de assessoria técnica aos municípios na gestão e implantação de serviços públicos municipais de saneamento básico; o atendimento às populações vulneráveis dos projetos especiais – assentamentos e reservas extrativistas, acompanhamento das obras de saneamento implantadas em área indígena, acompanhamento dos Convênios de Emendas e Programação FUNASA, além dos processos de trabalho rotineiro, como por exemplo, atender as solicitações técnicas demandadas da Presidência da Funasa e da própria Suest. Toda a demanda da área de saneamento é realizada pelo corpo técnico de 9 engenheiros – 6 do quadro e 3 do contrato temporário, além da frota de 5 veículos em boas condições de uso, porém, com um cronograma de viagem bastante restrito para o volume de trabalho.

O Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos consiste na instalação de sistemas simplificados de abastecimento de água com captação, adução, tratamento e distribuição de água, bem como, sistemas de reservatórios e de chafariz; melhorias sanitárias nas aldeias (construção de lavanderias, banheiros, privadas, fossas sépticas, pias de cozinha, lavatórios, tanques, filtros, reservatórios de água). Tem por objetivo dotar todas as aldeias de condições adequadas de saneamento básico e contribuir para redução da morbimortalidade por doenças de veiculação hídrica, assim como, o controle de doenças parasitárias transmissíveis por dejetos e a prevenção e controle agravos ocasionado pela falta de condições de saneamento básico nas aldeias indígenas. As ações de saneamento em áreas indígenas são desenvolvidas de acordo com o planejamento anual, onde as aldeias são programadas e definidas em conjunto com os Dsei's (Distrito Sanitário Especial Indígena) e CONDISI (Conselho Distrital de Saúde Indígena). E, apesar da dificuldade de executar obras em áreas indígenas, em decorrência das distâncias e acessos por estradas intrafegáveis ou com acessos somente por rios e igarapés, atualmente mais de 80% das aldeias dos Dsei's já contam com um sistema de abastecimento de água. Nesse exercício, foram contratadas 50 obras para implantação/ampliação de sistemas de saneamento em aldeias indígenas nos DSEI de Porto Velho e Vilhena. As obras contratadas se encontram em execução.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

As ações estratégicas da Suest-RO são realizadas por meio do seu corpo técnico lotado no setor da área finalística, Saneamento, com o suporte técnico dos demais setores da área meio.

Apesar de não ter sido concluído o processo de licitação para contratação de empresa especializada para execução dos serviços de manutenção nos sistemas de saneamento implantados em aldeias indígenas, em virtude da complexidade do processo para atendimento às exigências da legislação vigente e recomendações da CGU, a Suest-RO atendeu, de acordo com sua capacidade técnica e operacional, 126 aldeias com sistemas implantados, das 210 aldeias programadas, realizando, dentro do possível, os serviços de manutenção nos sistemas implantados nas aldeias indígenas.

Há dificuldade da chefia local explicar a não formalização dos contratos aos indígenas, pois os mesmos não entendem a parte burocrática e o tempo que leva para a formalização dos processos. Ele quer o serviço e pronto! Os servidores que atuam diretamente com os indígenas são constantemente ameaçados, por vezes se submetendo a riscos diários, além de responder a mais de um documento por semana para o Ministério Público e outros tantos para as auditorias internas e externas da FUNASA.

Para execução das ações de saneamento a Suest-RO conta com corpo técnico de engenheiros que compõem a Divisão de Engenharia de Saúde Pública (Diesp), na implementação das ações em área indígena e nos municípios. Nesse exercício, muitos foram os desafios e as dificuldades que se interpuseram como obstáculos na execução das ações de saneamento.

Para implantação dos sistemas em área indígena, em 2011 foi programada a contratação de obras e serviços para beneficiar aldeias com sistemas de abastecimento de água e melhorias sanitárias, em conjunto com os Distritos Sanitários Indígena de Porto Velho e Vilhena, e Conselho Distrital Indígena. Todas as 48 aldeias programadas foram beneficiadas com a execução de sistemas de saneamento, e foram contratadas 50 obras para implantação/ampliação de sistemas de saneamento nas aldeias, o que corresponde a 100% das metas programadas. A Suest enfrentou muitas dificuldades para implantação destes sistemas, desde o processo licitatório até o acompanhamento das obras em execução. No processo licitatório, poucas empresas participaram em decorrência das dificuldades de acesso às aldeias para execução das obras. O número insuficiente de técnicos habilitados para fiscalização das obras dificultou o acompanhamento adequado às obras em execução. Foram contratados dois técnicos como consultores/OPAS, porém suas atribuições são restritas e não atendem plenamente às ações de saneamento em área indígena. O teto de diárias, estabelecido para a Suest-RO, também limitou o número de visitas às obras, prejudicando seu devido acompanhamento. A insuficiência e deficiência de veículos, muitas vezes, retardaram ou impediram o acompanhamento e recebimento das obras, por parte da fiscalização. Diante da impossibilidade de acesso às aldeias, mudanças de comunidades indígenas seminômades, e buscando atender as solicitações das comunidades indígenas por meio do Conselho Distrital de Saúde Indígena (Condisi), a Suest foi obrigada a adotar algumas medidas, tais como: supressão de serviços de obras contratadas e alteração de localidades de aldeias estabelecidas para execução de sistemas, sempre com a concordância de todas as partes envolvidas e preservando o objeto do contrato.

Como aspecto positivo da execução das ações de saneamento destaca-se que, das 50 obras programadas e pactuadas no Plano Distrital Indígena, 100% foram licitadas e contratadas e estão sendo executadas. A aquisição de equipamentos reservas previstos no planejamento anual e a contratação de empresa para conserto de equipamentos contribuíram para a realização do atendimento às aldeias na manutenção dos sistemas de saneamento implantados. E ainda, o alcance da meta programada para conclusão das obras que estavam sendo executadas, referentes ao exercício anterior.

No exercício de 2011, para o PAC 2, foi realizado o processo de seleção dos municípios que apresentaram seus pleitos por meio de Carta Consultas, 87 destas propostas foram pré-selecionadas e os técnicos da SUEST/RO realizaram visitas e entrevistas técnicas para seleção técnica das propostas apresentadas. Após análise das propostas, foram selecionadas 41 propostas e 29 foram aprovadas, com as ações de Sistema de Esgotamento Sanitário, Melhorias Sanitárias Domiciliares, Elaboração de Projetos de Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário. As propostas analisadas e selecionadas pela SUEST/RO referentes aos municípios contemplados foram aprovadas e definidas na Presidência/Funasa sob a Coordenação da Casa Civil da Presidência da República.

A principal dificuldade enfrentada para aprovação dos pleitos pactuados está relacionada com os projetos técnicos apresentados. Na maioria das vezes, os projetos e documentação técnica encaminhados pelo proponente estão incompletos e não atendem às orientações técnicas da Funasa. Sendo assim, não são aprovados na primeira análise, o que gera emissão de solicitações para regularização das pendências apontadas. Geralmente, ocorrem várias análises do projeto até que o mesmo seja aprovado, uma vez que as pendências não são atendidas na sua totalidade pelo proponente. Outra grande dificuldade é a insuficiência do quadro de pessoal, tanto de técnicos (engenheiros) como de apoio administrativo para a demanda da área de saneamento.

Para o PAC 2, o processo de seleção exigiu dos municípios apresentação de projetos técnicos completos e com mais qualidade, e para aqueles municípios que não possuíam projetos técnicos foi disponibilizada a possibilidade de solicitar, por meio de Cartas Consultas, a elaboração de tais projetos. Com esse critério de seleção, as dificuldades para análise e aprovação dos Convênios foram reduzidas.

A Suest-RO conta hoje com um quadro efetivo de 1.063 servidores, sendo, 444 de cargo efetivo, dos quais, 110 estão lotados na sede, 334 cedidos aos municípios, 365 Aposentados e 254 Beneficiários de Pensão. Existe a necessidade urgente de renovação do quadro de pessoal a considerar que, dentro do espaço de 3 anos, 30% dos servidores terão condições para aposentadoria.

2.3. Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

Nos Quadros a seguir, veremos a identificação dos Programas e suas respectivas ações e subações desenvolvidas no âmbito desta Superintendência Estadual.

2.3.1 – Identificação das subações sob responsabilidade da UJ

Quadro A.2.1 – Identificação do Programa, ação e subação – (0122)

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0122	Denominação: Serviços Urbanos de Água e Esgoto
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Ampliar o acesso aos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos, com vistas à universalização.	
Objetivos Específicos: Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços públicos urbanos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.	
Gerente: Leodegar da Cunha Tiscoski - Ministério das Cidades	Responsável: José Raimundo Machado dos Santos – Funasa
Público Alvo: População urbana de menor nível socioeconômico, e a residente em áreas de habitação subnormal, em periferias de grandes centros e em municípios de pequeno porte.	

Fonte: Sigplan

Quadro A.2.1.1 – Demonstrativo da Execução por Ação de Governo (20 AF)

Identificação da Ação
Denominação: 20 AF – Apoio ao Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Apoiar técnica e financeiramente os responsáveis pela operação de sistema ou solução alternativa de abastecimento de água visando à melhoria dos procedimentos de controle da qualidade da água e o atendimento dos padrões de potabilidade estabelecidos na legislação vigente. Proporcionar o financiamento da implantação de unidades de fluoretação da água.
Descrição: Desenvolvimento e capacitação de recursos humanos envolvidos com a operação e manutenção de sistema ou solução alternativa de abastecimento de água; financiamento para aparelhamento e implantação de unidades laboratoriais e outras instalações destinadas ao controle da qualidade da água para consumo humano; desenvolvimento de ações de vigilância e controle de qualidade da água em áreas indígenas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: José Raimundo Machados dos Santos
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Fonte: Sigplan

Quadro A.2.1.2- Identificação da Subação (47484 - Apoio ao Controle de Qualidade da Água para Consumo Humano)

Identificação da Subação					
Denominação: 47484 – SUEST-RO Apoio ao Controle de Qualidade da Água para Consumo Humano					
Meta Programada	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Física					
• Analisar 1 projeto de implantação (construção) de laboratório de referência para Controle da Qualidade da Água, de exercícios anteriores (2009).	Projeto Analisado	unidade	1	1,00	100
• Aprovar 1 projeto de implantação de laboratório de referência para o Controle da Qualidade da Água, relativo a convênios de exercícios anteriores	Projeto Aprovado	unidade	1	1,00	100
Financeira	-	R\$	1,00	1,00	1,00

Fonte: PlamsUS

A meta programada para análise do projeto foi alcançada. Para o alcance dessa meta houve o empenho da DIESP em priorizar a análise desse projeto, que foi analisado por um grupo de engenheiros, tendo em vista a complexidade do mesmo, com isso, foi possível dar maior agilidade à conclusão da análise.

A meta programada para aprovação do projeto não foi alcançada em virtude do município não ter elaborado o projeto de acordo com as orientações técnicas do Parecer nº 44/2011 da ANVISA – Proc. Nº 1004.049/2011, com especificação das normas técnicas e sanitárias vigentes. Foi realizada a análise e solicitada regularização das pendências técnicas ao município, que ainda não devolveu o projeto com as devidas correções.

Quadro A.2.1.3 – Demonstrativo da Execução por Ação de Governo (10 GD)

Identificação da Ação
Denominação: 10GD - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).
Tipo de Ação: Projeto
Finalidade: Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos com abastecimento público de água adequado visando à prevenção e ao controle de doenças e agravos.
Descrição: Implantação e/ou a ampliação e/ou a melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água, contemplando a elaboração de planos diretores e projetos, a realização de obras, incluindo ligação domiciliar, rede de distribuição e estação de tratamento, e ações voltadas para a sustentabilidade dos mesmos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: Ricardo Frederico de Melo Arantes
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Fonte: Sigplan

Quadro A.2.1.4- Identificação da Subação (47483- Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água)

Identificação da Subação					
Denominação: 47483 -SUEST-RO – Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água					
Meta Programada	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/ Programado %
Física					
• Analisar 25 projetos de Implantação e Melhorias de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água, de exercícios anteriores (PAC).	Projeto Analisado	unidade	25	25	100
• Realizar 10 visitas técnicas de acompanhamento de obras de implantação e Melhorias de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água , relativas a convênios de exercícios anteriores (PAC)	Visita Realizada	unidade	10	13	130
• Aprovar 25 projetos de Implantação e Melhorias de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água, relativo a convênios de exercícios anteriores (PAC).	Projeto Aprovado	unidade	25	15	60
• Realizar 4 visitas técnicas preliminares para viabilização de obras de Implantação e Melhorias de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água, de exercícios anteriores (PAC).	Visita Realizada	unidade	4	4	100
• Realizar 5 visitas técnicas de Acompanhamento de obras de Implantação e Melhorias de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água, relativos a convênios anteriores (outros convênios) .	Visita Realizada	unidade	5	5	100
Financeira	-	R\$	18.454,00	18.454,00	100

Fonte: PlamsUS

A meta para análise de 25 Projetos de Implantação e Melhorias de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água, de exercícios anteriores (PAC) foi alcançada. Para o alcance dessa meta destaca-se o empenho dos técnicos analistas (engenheiros) em viabilizar as análises dos projetos, que buscaram igualmente agilidade nas análises dos projetos e celeridade no encaminhamento das pendências verificadas. ou seja, tanto as visitas com as análises dos projetos de convênios de uma mesma ação foram realizadas pelo mesmo engenheiro

A meta programada realizar as visitas técnicas de acompanhamento de obras de implantação e Melhorias de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água, relativas a convênios de exercícios anteriores (PAC) foi alcançada. Como ponto positivo no alcance dessa meta, destaca-se a divisão dos trabalhos de acordo com as ações dos convênios, tanto para as visitas como as análises dos projetos de convênios de uma mesma ação foram realizadas pelo mesmo engenheiro. Desta forma,

houve uma maior agilidade na análise, considerando que alguns parâmetros são os mesmos a serem analisados para uma determinada ação;

A meta para aprovar 25 projetos de Implantação e Melhorias de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água, relativo a convênios de exercícios anteriores (PAC) não foi alcançada. Embora tenha havido empenho dos técnicos nas análises e cobranças constantes aos municípios para regularização das pendências, o alcance dessa meta ficou comprometido em virtude de algumas dificuldades, tais como:

- Grande parte dos municípios não possui, em seu quadro técnico, projetista capacitado para elaboração de projetos de sistemas de saneamento básico, sendo necessária a contratação de empresa especializada para elaboração dos projetos;
- Dificuldades e falta de interesse, por parte do município, para regularização das pendências técnicas. Para minimizar essas dificuldades, a DIESP, juntamente com a Superintendência Estadual agendaram reuniões com os engenheiros projetistas e com os gestores municipais com a finalidade de prestar orientações técnicas e administrativas, visando dar maior agilidade na regularização das pendências, no entanto não se obteve resultado satisfatório, com alcance parcial da meta programada.

A meta programada para realizar 4 visitas técnicas preliminares para viabilização de obras de Implantação e Melhorias de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água, de exercícios anteriores (PAC) foi alcançada. Para o alcance da meta, fez-se necessário o empenho da DIESP em programar e viabilizar o deslocamento dos engenheiros aos municípios contemplados da meta

A meta para realizar 5 visitas técnicas de Acompanhamento de obras de Implantação e Melhorias de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água foi alcançada. Para o alcance da meta, fez-se necessário o empenho da DIESP em programar e viabilizar o deslocamento dos engenheiros aos municípios contemplados da meta

Quadro A.2.1.5 – Demonstrativo da Execução por Ação de Governo (10 GE)

Identificação da Ação
Denominação: 10GE - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).
Tipo de Ação: Projeto
Finalidade: Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos de sistema público de coleta e tratamento de esgoto sanitário adequado visando à prevenção e o controle de doenças e agravos.
Descrição: Implantação e/ou a ampliação e/ou a melhoria de sistemas públicos de esgotamento sanitário, contemplando a elaboração de planos diretores e projetos, a realização de obras, incluindo ligação domiciliar, rede coletora e estação de tratamento, e ações voltadas para a sustentabilidade dos mesmos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: Ricardo Frederico de Melo Arantes
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Fonte: Sigplan

Quadro A.2.1.6 Identificação da Subação (47564- Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água)

Identificação da Subação					
Denominação: 47564 -SUEST-RO – Implantação e Melhorias de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário					
Meta Programada	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/ Programado %
Física					

• Realizar 3 visitas técnica de acompanhamento das obras Implantação e Melhorias de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário, relativos a convênios de exercícios anteriores (PAC).	Visita Realizada	unidade	3	3	100
• Realizar 3 visitas técnica de acompanhamento das obras Implantação e Melhorias de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário relativos a convênios de exercícios anteriores (Outros convênios).	Visita Realizada	unidade	3	3	100
• Aprovar 4 projetos de Implantação e Melhorias de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário, relativos a convênios de exercícios anteriores (PAC).	Projeto Aprovado	unidade	4	4	100
• Realizar 1 visita técnica preliminar para viabilização de obras de Implantação e Melhorias de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário relativos a convênios de exercícios anteriores (PAC).	Visita Realizada	unidade	1	1	100
• Analisar 4 projetos de Implantação e Melhorias de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário relativos a convênios de exercícios anteriores (PAC).	Projeto Analisado	unidade	4	4	100
Financeira	-	R\$	5.827,00	5.827,00	100

Fonte: PlamSUS

A meta programada para realização de visitas para acompanhamento das obras relativos aos Convênios do PAC de exercícios anteriores foi alcançada. Para o alcance dessa meta houve o empenho por parte dos técnicos analistas (engenheiros), que buscaram agilidade nas análises dos projetos e celeridade no encaminhamento das pendências verificadas. Como ponto positivo no alcance dessa meta, destaca-se a divisão dos trabalhos de acordo com as ações dos convênios, ou seja, as análises dos projetos de convênios de uma mesma ação foram realizadas pelo mesmo engenheiro. Desta forma, houve uma maior agilidade na análise, considerando que alguns parâmetros são os mesmos a serem analisados para uma determinada ação.

A meta programada para realização de visitas técnicas para acompanhamento das obras, referentes aos Convênios de exercícios anteriores foi alcançada. Para o alcance dessa meta houve o empenho por parte da DIESP em programar e viabilizar o deslocamento dos engenheiros aos municípios contemplados, e desta forma, a execução dos serviços e a aplicação dos recursos financeiros liberados foram verificados, de acordo com os projetos apresentados.

A meta programada para aprovação de projetos referentes a Convênios do PAC de exercícios anteriores foi alcançada. Para o alcance dessa meta, houve por parte dos engenheiros da FUNASA ações de cobranças persistentes ao município para regularizar as pendências, e por parte do município houve o empenho em atender as pendências técnicas do projeto.

A meta programada para realização de visita preliminar técnica foi alcançada. Essa visita foi priorizada para viabilizar a análise do projeto, referente à Convênio do PAC de exercício anterior. Houve o empenho por parte da DIESP em programar e viabilizar o deslocamento dos engenheiros ao município contemplado, e desta forma foi verificado as condições e situação existente relacionadas ao projeto apresentado.

A meta programada para análise dos projetos referentes aos Convênios de exercícios anteriores foi alcançada. Destaca-se o empenho dos técnicos nas análises e cobranças constantes aos municípios para regularização das pendências.

Quadro A.2.1.7 – Demonstrativo da Execução por Ação de Governo (20 AG)

Identificação da Ação
Denominação: 20AG - Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico em Municípios de até 50.000 Habitantes.
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Promover e apoiar, técnica e financeiramente, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias para o fortalecimento institucional dos modelos de gestão dos serviços públicos de saneamento ambiental de estados e municípios.
Descrição: Promoção de intercâmbio com estados, municípios, entidades de ensino e pesquisa, associações e instituições públicas de saneamento, a partir do repasse de experiências e de recursos financeiros, visando ao desenvolvimento de novas tecnologias e de Programas de modelo de gestão para qualidade dos serviços de controle de perdas, de fomento à capacitação, de aquisição de equipamentos, de controle de qualidade da produção de água, de elaboração de plano diretor de saneamento, dentre outros. Esta ação busca a melhoria contínua do desempenho ambiental em um processo cíclico, em que os atores envolvidos revêm e avaliam, periodicamente, os sistemas de gestão em saneamento ambiental empregados, de modo a identificar oportunidades de melhorias.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: Patrícia Valeria Vaz Areal
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Fonte: Sigplan

Quadro A.2.1.8 – Identificação da Subação (47503- Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico)

Identificação da Subação					
Denominação: 47503 – SUEST-RO Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico					
Meta Programada	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/ Programado %
Física					
• Apoiar tecnicamente 15 municípios com a elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico.	Município Apoiado	unidade	15	15	100
• Analisar 15 planos de trabalho e orçamento detalhados, relativos aos PMSB	Plano Analisado	unidade	15	8	53,33
• Aprovar plano de trabalho e orçamentos detalhados relativos aos Plano Municipais de Saneamento dos Municípios Básicos.	Plano Aprovado	unidade	6	1	16,67
Financeira	-		1,00	1,00	1,00

Fonte: PlamSUS

A meta programada para apoiar tecnicamente 15 municípios foi alcançada. Para o alcance dessa meta o NICT/FUNASA/RO priorizou e atendeu as solicitações para participação em reuniões, assembléias e seminários promovidos pelos representantes.

A meta programada para analisar 15 planos de trabalho e orçamento detalhados, relativos aos PMSB, foi alcançada parcialmente. O alcance da meta ficou comprometido em virtude de não haver domínio dos técnicos e suas especificidades. Com isso, houve dificuldades na prestação de informações e orientações aos municípios contemplados, que também encontraram dificuldades para formulação do Plano de Trabalho e Orçamento. Como ponto positivo para superar essas dificuldades, a CORE/RO, por meio do NICT/RO, promoveu reuniões com os Municípios contemplados, juntamente com técnicos da Coordenação de Cooperação Técnica da Presidência/FUNASA para discussões e apresentação do Termo de Referência para elaboração do PMSB. Como também, a CORE/RO com o apoio da Presidência /FUNASA buscou capacitar os membros do NICT/RO com o Curso para Elaboração de Planos Municipais de Saneamento promovido pela ABES.

A meta programada para aprovar plano de trabalho e orçamentos detalhados relativos aos Planos Municipais de Saneamento dos Municípios Básicos não foi alcançada. O NICT/FUNASA/RO promoveu reuniões com os técnicos e gestores municipais para apresentar o TERMO DE REFERÊNCIA PARA ELABORAÇÃO DE PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO a ser seguido e disponibilizado pela FUNASA, e prestar orientações técnicas necessárias quanto às normas, critérios e procedimentos para formalização e aplicação dos recursos financeiros dos Convênios.

Quadro A.2.1.9 – Demonstrativo da Execução por Ação de Governo (7652)

Identificação da Ação
Denominação: 7652 - Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos
Tipo de Ação: Projeto
Finalidade: Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos de condições sanitárias adequadas visando à prevenção e controle de doenças e agravos.
Descrição: Melhorias Sanitárias Domiciliares são intervenções promovidas, prioritariamente, nos domicílios e eventualmente intervenções coletivas de pequeno porte. Inclui a construção de módulos sanitários, banheiro, privada, tanque séptico, sumidouro (poço absorvente), instalações de reservatório domiciliar de água, tanque de lavar roupa, lavatório, pia de cozinha, ligação à rede pública de água, ligação à rede pública de esgoto, dentre outras. São consideradas coletivas de pequeno porte, por exemplo: banheiro público, chafariz público, ramais condominiais, tanque séptico, etc. Pode também fomentar a implantação de oficina municipal de saneamento.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: José Antonio da Motta Ribeiro
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Fonte: Sigplan

Quadro A.2.1.10- Identificação da Subação (47583- Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos)

Identificação da subação					
Denominação: 47583 – SUEST-RO- Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos					
Meta Programada	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/ Programado %
Física					
• Realizar 12 visitas técnicas de acompanhamento das obras de	Visita Realizada	unidade	12	12	100

Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares, relativas a convênios de exercícios anteriores (PAC).					
• Realizar 9 visitas técnicas de acompanhamento das obras de Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares, relativas a convênios de exercícios anteriores (outros convênios).	Visita Realizada	unidade	9	9	100
Financeira	-	R\$	20.396,00	20.396,00	100

Fonte: PlamSUS

As metas programadas para realização de visitas técnicas para acompanhamento das obras, de Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares, relativas a convênios de exercícios anterior /9 (PAC) e outros convênios, foi alcançadas. Para o alcance das metas, contam como fator positivo a disponibilidade dos recursos financeiros pela Presidência, e o empenho da DIESP em programar e disponibilizar o deslocamento dos técnicos.

Quadro A.2.1.11 – Demonstrativo da Execução por Ação de Governo (2272)

Identificação da Ação
Denominação: 2272 - Gestão e Administração do Programa
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades - meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: Patrícia Valeria Vaz Areal
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Quadro A.2.1.12 – Identificação da Subação (47563 Apoio ao Processo de Seleção do PAC)

Identificação da subação					
Denominação : 47563- SUEST-RO – Apoio ao Processo de Seleção do PAC 2					
Meta Programada	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/ Programado %
Física					
• Realizar visita técnica preliminar de validação das informações prestadas na Carta consulta	Visita Realizada	unidade	17	17	100
• Realizar entrevistas com municípios pré-selecionados para realização de obras	Entrevista realizada	unidade	17	23	135,29
• Realizar visita local para definição da contratação de	Visita Realizada	unidade	23	23	100

projetos					
Financeira	-	R\$	38.850,00	38.850,00	100

Fonte: PlamSUS

Quadro A.2.1.13 – Demonstrativo da Execução por Ação de Governo (6908)

Identificação da Ação
Denominação: 6908 - Fomento à Educação em Saúde voltada para o Saneamento Ambiental
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Assessorar gestores e técnicos em todos os níveis para o desenvolvimento de ações permanentes de comunicação e educação em saúde, por meio da mobilização social, visando à promoção da saúde, prevenção e controle de doenças e agravos, ocasionados pela falta e/ou inadequação de ações de saneamento ambiental.
Descrição: As ações de Educação em Saúde e Mobilização Social nos projetos de saneamento ambiental financiados junto aos estados e municípios pela Funasa têm o sentido de fomentar, apoiar e fortalecer ações que resultem em efetiva melhoria na qualidade de vida da população beneficiada. A proposta é garantir que as melhorias em saneamento ambiental implementada nos municípios de até 50.000 habitantes, nos projetos das áreas metropolitanas e em áreas especiais (assentamentos, remanescentes de quilombo e áreas extrativistas) integrem-se de forma harmoniosa e sustentável nas comunidades, garantindo a inclusão social por intermédio do acesso das populações vulneráveis aos serviços a que têm direito e colaborando para a adequada e transparente aplicação dos recursos públicos nessa área, inclusive estimulando a parceria junto a outros projetos e programas de iniciativa governamental e não governamental. Com essas ações, esperam-se iniciativas nos municípios beneficiados. Para tal é necessário o assessoramento técnico qualificado, por intermédio das ações discriminadas a seguir: atuação junto aos gestores e técnicos em todos os níveis visando sensibilizá-los para a importância do desenvolvimento de atividades permanentes de Comunicação e Educação em Saúde; apoio técnico aos profissionais que atuam nas diversas instâncias de governo, representantes de ONGs para a elaboração, execução, acompanhamento e supervisão de projetos, programas e atividades educativas de caráter permanente; ampliação do Programa de Educação em Saúde e Mobilização Social (PESMS), financiada por recursos de convênio, para que se torne gerador/estimulador de outros projetos de alcance social; incentivo à integração das ações permanentes de Comunicação e Educação em Saúde a outros projetos sociais / comunitários visando estimular a participação, controle e inclusão sociais, geração de emprego e renda; fomento à organização de estruturas e equipes locais para o desenvolvimento de ações permanentes de Educação em Saúde; incremento ao apoio logístico e de recursos humanos às Assessorias de Comunicação e Educação em Saúde (ASCOM) das Superintendências Estaduais da Funasa, por intermédio da aquisição de equipamentos e insumos, pagamento de diárias e passagens, prestação de serviços de terceiros por pessoas física e jurídica visando o cumprimento das ações propostas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: Onivaldo Ferreira Coutinho
Unidade Executora: Departamento de Saúde Ambiental (Desam)

Fonte: Sigplan

Quadro A.2.1.14 – Identificação da Subação (47303- Fomento à Educação em Saúde voltada para Saneamento Ambiental

Identificação da Subação					
Denominação: 47303- SUEST-RO- Fomento à Educação em Saúde voltada para Saneamento Ambiental					
Meta Programada	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/ Programado %
Física					
<ul style="list-style-type: none"> Apoiar a implantação e/ou implementação de ações de educação em saúde em municípios conveniados com a Funasa, contemplados com recursos do PAC. 	Município apoiado	unidade	41	41	100
<ul style="list-style-type: none"> Apoiar municípios, conveniados com a Funasa para implantação e/ou implementação de ações de Educação em Saúde 	Município apoiado.	unidade	15	15	100

e Mobilização nos projetos de saneamento (outros recursos não PAC).					
<ul style="list-style-type: none"> Sensibilizar e apoiar técnicos e gestores municipais para implantação e/ou implementação de ações e projetos permanentes de Educação em Saúde, nos municípios conveniados com a Funasa, contemplados com recursos do PAC. 	Município apoiado.	unidade	20	20	100
<ul style="list-style-type: none"> Beneficiar comunidades especiais (assentamentos e reservas) com ações de Educação em Saúde e Mobilização Social - Assentamento Chico Mendes de Porto Murinho e Reserva Extrativista Lago do Cuniã. 	Comunidade Beneficiada	unidade	3	3	100
<ul style="list-style-type: none"> Apoiar tecnicamente os municípios, por meio dos Núcleos Intersetoriais de Cooperação Técnica (NICT), na elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB). 	Município Beneficiado	unidade	9	9	100
Financeira	-	R\$	44.748,00	29.914,71	33,14

Fonte: PlamSUS

Meta programada para apoiar a implantação e/ou implementação de ações de educação em saúde em municípios conveniados com a Funasa, alcançada. Para o alcance dessa meta, destaca-se o fortalecimento da Equipe de Educação em Saúde, com apoio dos gestores e a aproximação com os gestores municipais por meio da Associação dos Prefeitos -ARON.

A meta programada para Apoiar municípios, conveniados com a Funasa para implantação e/ou implementação de ações de Educação em Saúde e Mobilização nos Projetos de Saneamento (outros recursos não PAC) foi alcançada. Para o alcance dessa meta o NICT/FUNASA/RO promoveu reuniões com os técnicos e gestores municipais para apresentar o TERMO DE REFERÊNCIA PARA ELABORAÇÃO DE PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO, a ser seguido e disponibilizado pela FUNASA, e prestar orientações técnicas necessárias quanto às normas, critérios e procedimentos para formalização e aplicação dos recursos financeiros dos Convênios.

A meta programada para sensibilizar e apoiar técnicos e gestores municipais para implantação e/ou implementação de ações e projetos permanentes de Educação em Saúde, nos municípios conveniados com a Funasa, contemplados com recursos do PAC foi alcançada.

A meta programada para beneficiar comunidades especiais (assentamentos e reservas) com ações de Educação em Saúde e Mobilização Social - Assentamento Chico Mendes de Porto Murinho e Reserva Extrativista Lago do Cuniã foi alcançada.

A meta programada para apoiar tecnicamente os municípios, por meio dos Núcleos Intersetoriais de Cooperação Técnica (NICT), na elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) foi alcançada.

Quadro A.2.1.15 – Identificação do Programa, Ação e Subação - 1287

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 1287	Denominação: Saneamento Rural
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Promover e participar da adoção de medidas voltadas à prevenção e ao controle dos determinantes e condicionantes de saúde da população.	
Objetivos Específicos: Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento ambiental em áreas rurais.	
Gerente: Gilson de Carvalho Queiroz Filho	Responsável: Ruy Gomide Barreira – Funasa/MS
Público Alvo: População rural dispersa, residente em assentamentos da reforma agrária e em localidades de até 2.500 habitantes e as minorias étnico-raciais como quilombolas, população indígena e outros povos da floresta.	

Fonte: Sigplan

Quadro A.2.1.16– Demonstrativo da Execução por Ação de Governo (10GC)

Identificação da Ação
Denominação: 10 GC - Implantação e Melhoria de Serviços de Saneamento em Escolas Públicas Rurais - "Saneamento em Escolas".
Tipo de Ação: Projeto
Finalidade: Promover a melhoria das condições de saúde dos alunos, reduzir evasão escolar e elevar a capacidade de ensino e aprendizagem por meio da melhoria das condições sanitárias das escolas públicas rurais em municípios selecionados.
Descrição: Implantação de sistemas simplificados de abastecimento de água mediante estudo hidrológico local e instalação de poço tubular (poços, cisternas, cacimbões, dentre outros); pequenas adutoras; dessalinizadores, quando necessário; caixas d'água; banheiros com dois gabinetes e um lavatório; cozinha e chafariz para atender as comunidades vizinhas, bem como capacitação de alunos, corpo docente e membros da comunidade local no uso e gestão da água.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: José Raimundo Machado dos Santos
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Fonte: Sigplan

Quadro A.2.1.17 – Identificação da Subação (47523- Implantação e Melhoria de Serviços de Saneamento em Escolas Públicas Rurais)

Identificação da Subação					
Denominação: 47523 – SUEST-RO Implantação e Melhoria de Serviços de Saneamento em Escolas Públicas Rurais					
Meta Programada	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Física					
• Realizar 02 visitas técnica de acompanhamento final das obras de Implantação e Melhorias de Serviços de Saneamento em Escolas Públicas Rurais, relativo a convênios de exercícios anteriores (PAC).	Visita Realizada	unidade	2	2	100
• Realizar 1 visita técnica final	Visita Realizada	unidade	1	1	100
• Analisar a prestação de contas final do convênio.	Prestação de Contas realizada	unidade	1	0	0
Financeira	-	R\$	2.914,00	2.914,00	100

Fonte: PlamSUS

As metas programada para realização de visitas técnicas para acompanhamento da obra foi alcançada.

A meta programada visita técnica final foi alcançada. Houve o empenho por parte da DIESP em programar e viabilizar o deslocamento dos engenheiros ao município contemplado, e desta forma foi verificado as condições e situação existente relacionadas ao projeto apresentado.

A meta programada para analisar a prestação de contas final do convênio não foi alcançada, tendo em vista que a obra não foi concluída, impossibilitando a análise da prestação de contas.

Quadro A.2.1.18 – Demonstrativo da Execução por Ação de Governo (7656)

Identificação da Ação
Denominação: 7656 – Implantação, ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Rurais, em áreas especiais (Quilombos, Assentamentos e Reservas Extrativistas e em localidades com população inferior a 2.500 habitantes para prevenção e controle de agravos
Tipo de Ação: Projeto
Finalidade: Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos com abastecimento público de água adequado visando à prevenção e ao controle de doenças e agravos.
Descrição: Implantação e/ou a ampliação e/ou a melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água, contemplando a elaboração de planos diretores e projetos, a realização de obras, incluindo ligação domiciliar, rede de distribuição e estação de tratamento, e ações voltadas para a sustentabilidade dos mesmos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: José Antonio da Motta Ribeiro
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Fonte: Sigplan

Quadro A.2.1.19 – Identificação da Subação (47543- Implantação de Sistemas de Abastecimento de Água em Comunidades Rurais)

Identificação da subação					
Denominação: 47543- SUEST-RO – Implantação de Sistema de Abastecimento de Água em Comunidades Rurais					
Meta Programada	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/ Programado %
Física					
• Realizar 14 visitas preliminar de obras de implantação de sistemas de abastecimento de água	Visita Realizada	unidade	14	0	0
• Contratar 14 sistemas de abastecimento de água em comunidades especiais (assentamentos , resex, etc)	Sistema Contratado	unidade	14	14	100
Financeiro		R\$	812.069,00	688.266,97	84,75

Fonte: PlamSUS

A Meta programada para a realização das visitas técnicas preliminar de obras não alcançada, devido a falta de apresentação do Projeto Básico. Apesar da Empresa receber a ordem de serviço em dez/2010, até a presente data não apresentou estudos/pesquisas para apresentação do Projeto Básico.

A meta programada para a Contratação de sistemas de abastecimento de água em comunidades especiais, alcançada.

Quadro A.2.1.20 – Demonstrativo da Execução por Ação de Governo (7684)

Identificação da Ação
Denominação: 7684 - Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos
Tipo de Ação: Projeto
Finalidade: Dotar as aldeias de condições adequadas de saneamento básico. Contribuir para redução da morbimortalidade por doenças de veiculação hídrica. Contribuir para o controle de doenças parasitárias transmissíveis por dejetos e contribuir para o controle de agravos ocasionados pela falta de condições de saneamento básico em áreas indígenas.
Descrição: Instalação de sistemas simplificados de abastecimento de água com captação, adução, tratamento e distribuição de água, bem como sistemas de reservatórios e de chafariz; implantação de esgotamento sanitário e rede de coleta; melhorias sanitárias nas aldeias (construção de banheiros, privadas, fossas sépticas, pias de cozinha, lavatórios, tanques, filtros, reservatórios de água e similares de resíduos sólidos).
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: José Raimundo Machados dos Santos
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Fonte: Sigplan

Quadro A.2.1.21 – Identificação da Subação (4100- Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos)

Identificação da Subação					
Denominação: 41000 –SUEST-RO- Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos					
Meta Programada	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/ Programado %
Física					
• Beneficiar 48 aldeias com implantação de ação de saneamento básico	Comunidade Beneficiada	unidade	48	48	100
• Contratar 28 obras para implantação de ações de saneamento básico em Aldeias (água e MSD)	Obra Contratada	unidade	28	28	100
• Contratar 22 obras para construção de bases para implantação de módulos de desinfecção da água em aldeias	Obra Contratada	unidade	22	22	100
Financeira	-	R\$	2.143,85,00	2.374.395,00	110,75

Fonte: PlamSUS

As metas programadas para atender a saúde indígena foram todas alcançadas, uma vez que: Houve repasse de recursos, por intermédio de “destaque” do Ministério da Saúde diretamente para a SUEST.

A meta programada para beneficiar 48 aldeias foi alcançada, uma vez que as obras foram concluídas. Contribuiu de maneira favorável, a fiscalização ativa dos engenheiros da Diesp na execução das obras, verificando e orientando os problemas técnicos que ocorreram no decorrer da execução, mesmo com todas as dificuldades existentes de acesso às aldeias, insuficiência de veículos e diárias para o deslocamento dos técnicos.

As metas para contratação de obras para implantação de ações de saneamento básico e construção de bases para implantação de módulos de tratamento de água foram alcançadas em ação conjunta com o setor técnico da Engenharia e Divisão de Administração.

Quadro A.2.1.22 – Identificação do Programa, Ação e Subação - (8007)

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 8007	Denominação: Resíduos Sólidos Urbanos
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Promover e difundir a gestão ambiental, a produção e o consumo sustentável nos ambientes urbanos e rurais e nos territórios dos povos e comunidades tradicionais.	
Objetivos Específicos: Ampliar a área de cobertura e eficiência dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, com ênfase no encerramento de lixões, na redução, no reaproveitamento e na reciclagem de materiais, por meio da inclusão socioeconômica de catadores	
Gerente: Silvano Silvério da Costa – Ministério do Meio Ambiente	Responsável: Ruy Gomide Barreira – Funasa/MS
Público Alvo: População localizada em áreas de maior concentração de pobreza do país e/ou de fragilidade físico-ambiental; em municípios de pequeno e médio porte, nas periferias de grandes centros e de regiões metropolitanas.	

Fonte: Sigplan

Quadro A.2.1.23 – Demonstrativo da Execução por Ação de Governo (10GG)

Identificação da Ação
Denominação: 10GG - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusivo de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).
Tipo de Ação: Projeto
Finalidade: Apoiar, técnica e financeiramente, os estados e municípios na implantação, ampliação ou melhoria dos sistemas de coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos para prevenção e controle de agravos nas áreas mais carentes do país e com população inferior a 50.000 habitantes, preferencialmente, nos municípios acometidos de incidência da dengue.
Descrição: A ação de implantação e ampliação dos sistemas de limpeza pública, acondicionamento, coleta, disposição final e tratamento de resíduos sólidos urbanos contempla intervenções que visam contribuir para a universalização dos serviços de coleta, limpeza pública, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos nas áreas mais carentes do país e com população inferior a 30.000 habitantes, preferencialmente, nos municípios acometidos de incidência da dengue, e será implementada por intermédio das modalidades relacionadas a seguir: a) acondicionamento, coleta e transporte; implantação de sistema de coleta convencional e/ou seletiva, incluindo a aquisição de veículos, material e equipamentos para acondicionamento (cestas e contenedores para Postos de Entrega Voluntária - PEV e Locais de Entrega Voluntária - LEV instalados em logradouros públicos); b) unidades de disposição final - aterros sanitários ou de rejeitos. É passível de apoio financeiro toda a infra-estrutura para implantar aterros sanitários, incluindo: acesso; proteção adequada da área (cercamento e barreira vegetal); edificações de controle e apoio (balança, escritório, oficina de reparos, etc.), drenagem pluvial de chorume e de gases, impermeabilização de base, tratamento do chorume e equipamentos para operação. c) unidades de tratamento - triagem e/ou compostagem. É passível de apoio financeiro toda a infra-estrutura de implantação de unidades de tratamento de resíduos, bem como galpão para separação de resíduos destinados a catadores, incluindo obras civis, materiais e equipamentos; pátio de compostagem; balança; aterro de rejeitos e equipamentos para a operacionalização da unidade de tratamento. d) erradicação de "lixões" e recuperação das áreas degradadas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: José Antonio da Motta Ribeiro
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Fonte: Sigplan

Quadro A.2.1.24 – Identificação da Subação (47603- Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos)

Identificação da Subação				
Denominação: 47603- SUEST-RO- Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos				
Meta Programada	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011	
			Programado	Realizado/ Realizado/

					Programado %
Física					
• Analisar 2 projetos de Implantação e Melhorias de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos, relativo a convênios de exercícios anteriores (outros convênios).	Projeto Analisado	unidade	2	1	50
• Realizar 1 visita técnica de acompanhamento das obras de Implantação e Melhorias de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos, relativas a convênios de exercícios anteriores (outros convênios).	Visita Realizada	unidade	1	1	100
• Realizar 2 visitas técnica preliminares para viabilização de Implantação e Melhorias de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos, relativas a convênios de exercícios anteriores (outros convênios).	Visita Realizada	unidade	2	2	100
• Analisar prestação de Contas Final do Convênio	Prestação de Contas realizada	unidade	1	1	100
• Realizar 1 visita técnica final	Visita Realizada	unidade	1	1	100
Financeira	-	R\$	1.165,00	1.165,00	100

Fonte: PlamSUS

Meta programada para análise dos projetos não foi alcançada em virtude de 01 município contemplado não ter apresentado o projeto técnico.

Metas programadas para visitas técnica e análise de prestação de contas, alcançadas. Positivo o empenho dos técnicos da FUNASA para realização das visitas técnicas, preliminar e de acompanhamento à execução das obras, como também, constantes cobranças ao município para regularização das pendências, e por parte do município houve o empenho em atender as pendências técnicas do projeto.

Destaca-se também, como ponto positivo para o alcance das metas, o empenho por parte das áreas técnicas da SUEST /RO da FUNASA em se reunir com os Prefeitos e técnicos dos municípios contemplados, com o objetivo de dar maior celeridade na aprovação dos convênios

Quadro A.2.1.25– Identificação do Programa, Ação e Subação (0122)

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0122	Denominação: Serviços Urbanos de Água e Esgoto
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Ampliar o acesso aos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos, com vistas à universalização.	
Objetivos Específicos: Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços públicos urbanos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.	
Gerente: Leodegar da Cunha Tiscoski - Ministério das Cidades	Responsável: Rui Gomide Barreira – Funasa/MS
Público Alvo: População urbana de menor nível socioeconômico, e a residente em áreas de habitação subnormal, em periferias de grandes centros e em municípios de pequeno porte.	

Quadro A.2.1.26 – Demonstrativo da Execução por Ação de Governo (20 AF)

Identificação da Ação
Denominação: 20 AF – Apoio ao Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Apoiar técnica e financeiramente os responsáveis pela operação de sistema ou solução alternativa de abastecimento de água visando à melhoria dos procedimentos de controle da qualidade da água e o atendimento dos padrões de potabilidade estabelecidos na legislação vigente. Proporcionar o financiamento da implantação de unidades de fluoretação da água.
Descrição: Desenvolvimento e capacitação de recursos humanos envolvidos com a operação e manutenção de sistema ou solução alternativa de abastecimento de água; financiamento para aparelhamento e implantação de unidades laboratoriais e outras instalações destinadas ao controle da qualidade da água para consumo humano; desenvolvimento de ações de vigilância e controle de qualidade da água em áreas indígenas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: Vilma Ramos Feitosa
Unidade Executora: Departamento de Saúde Ambiental (Desam)

Fonte: Sigplan

Quadro A.2.1.27 – Identificação da Subação (47283- Apoio ao Controle de Qualidade da Água para o Consumo Humano

Identificação da Subação					
Denominação: 47283 - SUEST-RO Apoio ao Controle de Qualidade da Água para o consumo humano					
Meta Programada	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/ Programado %
Física					
• Estruturar laboratório fixo para análises simples da qualidade da água	URCQA Estruturada	unidade	1	0	0
• Estruturar Unidade Móvel para o controle da qualidade da água	URCQA Estruturada	unidade	1	1	100
• Adquirir material /equipamentos para estruturação dos laboratórios fixo e móvel	Equipamentos Adquiridos	unidade	1	1	100
Financeira	-	R\$	346.000,00	325.740,00	94,14

Fonte: PlamSUS

A meta Programada para estruturação do laboratório fixo para análises de água, não alcançada, devido a falta de aprovação do projeto de estruturação do ambiente físico pela Funasa/PRESI.

Meta programada para estruturar Unidade Móvel para o controle da qualidade da água alcançada, com aquisição de veículo adaptado à realização das ações de controle da qualidade da água.

Meta programada para aquisição de materiais e equipamentos necessários à estruturação dos laboratórios fixa e móvel, alcançada. Ressalta-se o cumprimento de 100% dos materiais e equipamentos.

Quadro A.2.1.28 – Identificação do Programa, ação e subação (1138)

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 1138	Denominação: Drenagem Urbana e Controle de Erosão Marítima Fluvial
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Evitar enchentes e erosões nas áreas urbanas	
Objetivos Específicos: Desenvolver obras de drenagem urbana em consonância com as políticas de desenvolvimento urbano e de uso e ocupação do solo.	
Gerente: Francisco Campos de Abreu – Ministério da Integração Nacional	Responsável: Rui Gomide Barreira – Funasa/MS
Público Alvo: Populações urbanas e litorâneas residentes em municípios com áreas sujeitas à inundação periódica ou erosão marinha.	

Fonte: Sigplan

Quadro A.2.1.29 – Demonstrativo da Execução por Ação de Governo (3883)

Identificação da Ação
Denominação: 3883 - Implantação e Melhoria de Serviços de Drenagem e Manejo Ambiental para a Prevenção e Controle da Malária.
Tipo de Ação: Projeto
Finalidade: Implantar e melhorar os serviços de drenagem e manejo ambiental visando à prevenção e controle da malária, em aglomerados urbanos, em municípios localizados em área endêmica da malária com transmissão urbana autóctone.
Descrição: Trata-se do desenvolvimento de ações de drenagem em aglomerados urbanos, em municípios localizados em área endêmica de malária com transmissão urbana autóctone. A ação contempla intervenções que visam contribuir para a minimização da proliferação de vetores da malária, ou seja, contempla intervenções por meio de obras de engenharia e/ou manejo ambiental que inviabiliza as condições ambientais e biológicas favoráveis a proliferação do vetor. São financiáveis ações de esgotamento de água pluvial, canalização, retificação, limpeza e demais obras de melhoria do fluxo d'água, com uso de tecnologias adequadas. Somente são financiadas intervenções em locais de criadouros do vetor transmissor da malária, comprovados por meio de parecer entomológico e epidemiológico da área.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: José Antonio da Motta Ribeiro
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Fonte: Sigplan

Quadro A.2.1.30 – Identificação da Subação (47485 - Implantação e Melhoria de Serviços de Drenagem e Manejo Ambiental para Prevenção e Controle da Malária)

Identificação da Subação					
Denominação: 47485-SUEST-RO – Implantação e Melhoria de Serviços de Drenagem e Manejo Ambiental para Prevenção e Controle da Malária.					
Meta Programada	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Física					
• Analisar 3 projetos de Implantação e Melhorias de Serviços de Drenagem e Manejo Ambiental, relativos a convênios de exercícios anteriores (PAC).	Projeto Analisado	unidade	3	3	100
• Realizar 12 visitas técnicas de acompanhamento das obras de Implantação e Melhorias de Serviços de Drenagem e Manejo Ambiental, relativos a convênios de exercícios anteriores (PAC).	Visita Realizada	unidade	12	12	100
• Realizar 1 visita técnica preliminar para viabilização de	Visita Realizada	unidade	1	1	100

obras de Implantação e Melhorias de Serviços de Drenagem e Manejo Ambiental, relativos a convênios de exercícios anteriores (PAC).					
• Aprovar 3 projetos de Implantação e Melhorias de Serviços de Drenagem e Manejo Ambiental, relativos a convênios de exercícios anteriores (PAC).	Projeto Aprovado	unidade	3	3	100
Financeira	-	R\$	7.540,00	7.540,00	100

Fonte: PlamSUS

Metas programadas para análise de projetos e para aprovação de projetos relativos a Convênios do PAC de exercícios anteriores, alcançadas. Para o alcance dessas metas houve o empenho por parte dos técnicos analistas (engenheiros), que buscaram agilidade nas análises dos projetos e celeridade no encaminhamento das pendências verificadas.

Como ponto positivo, destaca-se a Divisão dos trabalhos de acordo com as ações dos convênios, ou seja, as análises dos projetos de convênios de uma mesma ação foram realizadas pelo mesmo engenheiro.

Desta forma, houve uma maior agilidade na análise, considerando que alguns parâmetros são os mesmos a serem analisados para uma determinada ação. Para aprovação, houve por parte dos engenheiros da FUNASA ações de cobranças persistentes ao município para regularizar as pendências, e por parte do município o empenho em atender as pendências técnicas do projeto.

E ainda, outro ponto positivo para o alcance das metas, destaca-se o empenho por parte das áreas técnicas e SUEST/RO da FUNASA em se reunir com os Prefeitos e técnicos dos municípios contemplados, com o objetivo de dar maior celeridade na aprovação dos convênios.

Meta programada para realização de visita preliminar alcançada. Essa visita foi priorizada para viabilizar as análises dos projetos, referentes aos Convênios de exercícios anteriores, contemplados pelo PAC. Houve o empenho por parte da DIESP em programar e viabilizar o deslocamento dos engenheiros ao município contemplado, e desta forma foi verificado as condições e situação existente relacionadas ao projeto apresentado.

Meta programada para realização de visitas técnicas para acompanhamento das obras, referentes aos Convênios de exercícios anteriores, alcançada. Para o alcance dessa meta houve o empenho por parte da DIESP em programar e viabilizar o deslocamento dos engenheiros aos municípios contemplados, e desta forma, a execução dos serviços e a aplicação dos recursos financeiros liberados foram verificados, de acordo com os projetos apresentados.

Quadro A.2.1.31 – Identificação do Programa, Ação e Subação – (0016)

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0016	Denominação: Gestão da Política de Saúde
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	
Objetivo Geral: Fortalecer a gestão do SUS nas três esferas de governo, de modo a melhorar e aperfeiçoar a capacidade resolutiva das ações e serviços prestados à população	
Objetivos Específicos: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da saúde.	
Gerente: Márcia Aparecida do Amaral – Ministério da Saúde	Responsável: Arionaldo Bomfim Rosendo – Ministério da Saúde
Público Alvo: Governo	

Fonte: Sigplan

Quadro A.2.1.32– Demonstrativo da Execução por Ação de Governo (4572)

Identificação da Ação
Denominação: 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição: Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: Joselias Ribeiro da Silva
Unidade Executora: Departamento de Administração (DEADM)

Fonte: Sigplan

Quadro A.2.1.33 – Identificação da Subação (47604 - Participação de Servidores Públicos Federais em Eventos de Capacitação)

Identificação da Subação					
Denominação: 47604-SUEST-RO – Participação de Servidores Públicos Federais em Eventos de Capacitação					
Meta programada	Produto	Unidade de medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/ Programado %
Física					
• Capacitar servidores públicos federais.	Servidor Beneficiado	unidade	120	120	100
• Promover a participação de 200 servidores públicos federais em eventos de capacitação	Nº de participação em Evento	unidade	199	200	100,5
Financeira	-		142.698,00	142.698,00	100

Fonte: PlamSUS

Meta programada para capacitar servidores públicos federais, alcançada.

Meta para participação servidores públicos federais em eventos de capacitação alcançada em 100,5% da meta programada. E ainda, foram programadas outras capacitações para área logística, Diesp, Sesam e RH, sem possibilidade de realização, devido a indisponibilidade de instrutores e falta de teto orçamentário no sistema SCDP

Quadro A.2.1.34 – Identificação do Programa, Ação e Subação - (0750)

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0750	Denominação: Apoio Administrativo
Tipo do Programa: Apoio às Políticas e Áreas Especiais	
Objetivo Geral: Não definido	
Objetivos Específicos: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos	
Gerente: Não se aplica	Responsável: Marcos Roberto Muffareg – Funasa/MS
Público Alvo: Governo	

Fonte: Sigplan

Quadro A.2.1.35 – Demonstrativo da Execução por Ação de Governo (20CW)

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0750	Denominação: Apoio Administrativo
Tipo do Programa: Apoio às Políticas e Áreas Especiais	
Objetivo Geral: Não definido	
Objetivos Específicos: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos	
Gerente: Não se aplica	Responsável: Marcos Roberto Muffareg - Funasa/MS
Público Alvo: Governo	

Fonte: Sigplan

Quadro A.2.1.36 – Identificação da Subação (47264- Assistência Medica aos Servidores e Empregados Públicos (Exames Periódicos)

Identificação da subação					
Denominação: 47264- SUEST-RO - Assistência Medica aos Servidores e Empregados Públicos (Exames Periódicos)					
Meta programada	Produto	Unidade de medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Física					
• Realizar Exames periódicos em 50% dos servidores lotados no Município de Porto Velho.	Servidor beneficiado	%	50	0	0
Financeira	-	R\$	0	0	0

Fonte: PlamSUS

Meta programada não alcançada. Apesar da disponibilização da logística realizada e disponibilizada pela SUEST para a entidade responsável, o CAPSESP não disponibilizou o relatório das unidades que deveriam estar cadastradas no SIAPEnet, para acompanhamento e monitoramento da ação – De acordo com Expediente, registrou-se a relação de alguns médicos responsáveis por alguns procedimentos (incompleto), relatando que a próxima etapa seria o cadastramento dos contratados no Siapenet no módulo SIASS- a depender das dificuldades operacionais no portal, que, mesmo tendo sido realizado contato junto ao SERPRO, os problemas não foram sanados. GER RO-28 de 22.09.2011.

2.3.2 Resumo da Execução Física das subações realizadas pela UJ

Quadro demonstrativo das subações das ações orçamentárias constantes da LOA do exercício de referência, objeto desta gestão. O demonstrativo é composto de quinze (15) itens de informação conforme se descreve a seguir.

Quadro A. 2.3.2 – Resumo Execução das Subações

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo	Prioridade	Subação	Descrição da Meta	Produto	Un. medida	Execução Física		Execução Financeira	
										Meta Prevista	Meta Realizada	Meta Prevista	Meta Realizada
SANEAMENTO AMBIENTAL													
10	512	0122	20AF	A	3	47484-SUEST-RO - Apoio ao Controle da Qualidade da Água para o Consumo Humano.	Analisar 1 projeto de implantação (construção) de laboratório de referência para Controle da Qualidade da Água, de exercícios anteriores (2009).	Projeto Analisado	unidade	1	1	R\$ 1,11	R\$ 1,11
							Aprovar 1 projeto de implantação de laboratório de referência para o Controle da Qualidade da Água, relativo a convênios de exercícios anteriores	Projeto Aprovado	unidade	1	0		
10	122	0122	2272	A	4	47563-SUEST-RO Apoio ao Processo de Seleção do PAC 2	Realizar visita técnica preliminar de validação das informações prestadas na carta consulta	Visita Realizada	unidade	17	17	R\$38.850,00	R\$38.850,00
							Realizar entrevistas com municípios pré selecionados para realização de obras	Visita Realizada	unidade	17	17		
							Realizar visita local para definição da contratação de projetos	Visita Realizada	unidade	23	23		

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo	Prioridade	Subação	Descrição da Meta	Produto	Un. medida	Execução Física		Execução Financeira	
										Meta Prevista	Meta Realizada	Meta Prevista	Meta Realizada
SANEAMENTO AMBIENTAL (CONTINUAÇÃO)													
10	512	0122	20AG	A	3	47503 - SUEST-RO - Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico	Apoiar tecnicamente 15 municípios, com a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB).	Município apoiado	Unidade	15	15	R\$33.188,00	R\$33.188,00
							Aprovar Plano de trabalho e orçamentos detalhados relativos aos planos municipais de Saneamento dos Municípios Básicos	Planos Aprovados	Unidade	6	1		
							Analisar 15 Planos de trabalho e orçamento detalhados, relativos aos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB)..	Plano Analisado	Unidade	15	8		
10	512	0122	7652	P	1	47583 - SUEST-RO - Implantação de Melhorias Sanitárias para Prevenção e Controle de Agravos.	Realizar 12 visitas técnicas de acompanhamento das obras de Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares, relativas a convênios de exercícios anteriores (PAC).	Visita Realizada	Unidade	12	12	R\$20.396,00	R\$20.396,00
							Realizar 9 visitas técnicas de acompanhamento das obras de Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares, relativas a convênios de exercícios anteriores (outros convênios).	Visita Realizada	Unidade	9	9		

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo	Prioridade	Subação	Descrição da Meta	Produto	Un. medida	Execução Física		Execução Financeira	
										Meta Prevista	Meta Realizada	Meta Prevista	Meta Realizada
SANEAMENTO AMBIENTAL (CONTINUAÇÃO)													
10	512	0122	10GD	P	1	47483 - SUEST-RO - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água	Analisar 25 projetos de Implantação e Melhorias de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água, de exercícios anteriores (PAC).	Projeto Analisado	Unidade	25	25	R\$ 18.454,00	R\$18.454,00
							Realizar 10 visitas técnicas de acompanhamento de obras de implantação e Melhorias de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água, relativas a convênios de exercícios anteriores (PAC)	Visita Realizada	Unidade	10	13		
							Aprovar 25 projetos de Implantação e Melhorias de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água, relativo a convênios de exercícios anteriores (PAC).	Projeto Aprovado	Unidade	25	15		
							Realizar 4 visitas técnicas preliminares para viabilização de obras de Implantação e Melhorias de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água, de exercícios anteriores (PAC).	Visita Realizada	Unidade	4	4		
							Realizar 5 visitas técnicas de Acompanhamento de obras de Implantação e Melhorias de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água, relativos a convênios anteriores (outros convênios).	Visita Realizada	Unidade	5	5		

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo	Prioridade	Subação	Descrição da Meta	Produto	Un. medida	Execução Física		Execução Financeira	
										Meta Prevista	Meta Realizada	Meta Prevista	Meta Realizada
SANEAMENTO AMBIENTAL (CONTINUAÇÃO)													
10	511	1287	7656	P	1	47543-SUEST-RO-Implantação de Sistemas de Abastecimento de Água	Realizar 14 visitas preliminar de obras de implantação de sistemas de abastecimento de água	Visita Realizada	Unidade	14	0	R\$812.069,00	R\$ 688.266,96
							Contratar 14 Sistemas de abastecimento de água em comunidades especiais (assentamentos, resex e etc)	Sistema Contratado	Unidade	14	0		
10	512	0122	10GE	P	1	47564 - SUEST-RO - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário	Realizar 3 visitas técnica de acompanhamento das obras Implantação e Melhorias de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário, relativos a convênios de exercícios anteriores (PAC).	Visita Realizada	Unidade	3	3	R\$ 5.827,00	R\$ 5.827,00
							Realizar 3 visitas técnica de acompanhamento das obras Implantação e Melhorias de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário relativos a convênios de exercícios anteriores (Outros convênios).	Visita Realizada	Unidade	3	3		
							Aprovar 4 projetos de Implantação e Melhorias de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário, relativos a convênios de exercícios anteriores (PAC).	Projeto Aprovado	Unidade	4	4		
							Realizar 1 visita técnica preliminar para viabilização de obras de Implantação e Melhorias de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário relativos a convênios de exercícios anteriores (PAC).	Visita Realizada	Unidade	1	1		
							Analisar 4 projetos de Implantação e Melhorias de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário relativos a convênios de exercícios anteriores (PAC).	Visita Realizada	Unidade	4	4		

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo	Prioridade	Subação	Descrição da Meta	Produto	Un. medida	Execução Física		Execução Financeira	
										Meta Prevista	Meta Realizada	Meta Prevista	Meta Realizada
SANEAMENTO AMBIENTAL (CONTINUAÇÃO)													
10	511	1287	7684	P	1	4100-SUEST-RO-Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos	Beneficiar 48 Aldeias com implantação de ações de saneamento básico	Comunidade Beneficiada	unidade	48	48	R\$2.143,85,00	R\$2.374.395,00
							Contratar 28 Obras para implantação de ações de saneamento básico em aldeias (Água e MSD)	Sistema Contratado	unidade	28	28		
							Contratar 22 obras para construção de bases para implantação de módulos de desinfecção da água em aldeias	Obra Contratada	unidade	22	22		
10	512	1287	10GC	P	1	47523-SUEST-RO-Implantação e melhoria de Serviços de Saneamento em Escolas Públicas Rurais	Realizar 1 visita técnica final	Visita Realizada	Unidade	1	1	R\$ 2.914,00	R\$ 2.914,00
							Analisar a prestação de contas final do Convênio.	P.C Analisada	unidade	1	0		
							Realizar 2 visitas técnicas de acompanhamento das obras de Implantação e Melhorias de Serviços de Saneamento em Escolas Públicas Rurais, relativo a Convênios de exercícios anteriores (PAC)	Visita Realizada	unidade	2	2		
10	512	8007	10GG	P	3	47603-SUEST-RO – Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos	Realizar 2 visitas técnicas preliminar para viabilização de Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos, relativos a Convênios de exercícios anteriores (outros convênios)	Visita Realizada	unidade	2	2	R\$ 1.165,00	R\$ 1.165,00
							Analisar 2 Projetos de Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos, relativos a Convênios de exercícios anteriores (outros convênios)	Projeto Analisado	unidade	2	1		

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo	Prioridade	Subação	Descrição da Meta	Produto	Un. medida	Execução Física		Execução Financeira	
										Meta Prevista	Meta Realizada	Meta Prevista	Meta Realizada
SANEAMENTO AMBIENTAL (CONTINUAÇÃO)													
10	512	8007	10GG	P	3	Continuação... (47603-SUEST-RO – Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos)	Realizar 1 visita técnica preliminar para viabilização de Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos, relativos a Convênios de exercícios anteriores (outros convênios)	Visita Realizada	unidade	1	1		
							Realizar 1 visita técnica final	Visita Realizada	unidade	1	1		
							Analisar Prestação de Contas do final do convênio	P.C Analisada	unidade	1	1		
10	512	1138	3883	P	1	47485-SUEST-RO – Implantação e Melhoria de Serviços de Drenagem e Manejo Ambiental para Prev. E Controle da Malária	Analisar 3 Projetos de Implantação e Melhoria de Serviços de Drenagem e Manejo Ambiental, , relativo a Convênios de exercícios anteriores (PAC)	Projeto Analisado	unidade	3	3	R\$7.540,00	R\$7.540,00
							Realizar 12 visitas técnicas de obras de Implantação e Melhoria de serviços de Drenagem e Manejo Ambiental, , relativo a Convênios de exercícios anteriores (PAC	Visita Realizada	unidade	12	12		
							Aprovar 3 Projetos de Implantação e Melhoria de serviços de Drenagem e Manejo Ambiental, , relativo a Convênios de exercícios anteriores (outros convênios)	Projeto Aprovado	unidade	3	3		
							Realizar 1 visita técnica preliminar para viabilização de obras de Implantação e Melhoria de serviços de Drenagem e Manejo Ambiental, , relativo a Convênios de exercícios anteriores (PAC)	Visita Realizada	unidade	1	1		

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo	Prioridade	Subação	Descrição da Meta	Produto	Un. medida	Execução Física		Execução Financeira	
										Meta Prevista	Meta Realizada	Meta Prevista	Meta Realizada
SAÚDE AMBIENTAL													
10	512	0122	20AF	A	3	47283-SUEST-RO- Apoio ao Controle da Qualidade da Água para o Consumo Humano	Estruturar Laboratório fixo para análise da qualidade da água Estruturar Unidade Móvel Para Controle da Qualidade da Água (Aquisição da UMCQA. Adquirir material permanente / equipamentos para estruturação dos laboratórios fixo e móvel	Projeto Estruturado Unidade Estruturada Equipamentos Adquiridos	unidade unidade unidade	1 1 1	0 1 1	R\$346.000,00	R\$325.740,90
10	512	0122	6908	A	3	47303-SUEST-RO- Fomento à Educação em Saúde voltada para o Saneamento Ambiental	Apoiar a Implementação de ações de Educação em Saúde em municípios conveniados com a Funasa, contemplados com recursos do PAC Apoiar Municípios conveniados com a Funasa para implementação e/ ou implantação de ações de Educação em Saúde e mobilização nos Projetos de saneamento (outros recursos PAC) Sensibilizar e apoiar técnicos e gestores municipais para a implementação e/ ou implantação de ações e Projetos permanentes de Educação nos municípios conveniados com a Funasa, contemplados com recursos do PAC Beneficiar comunidades especiais (assentamentos e reservas) com ações de Educação em Saúde e Mobilização em Saúde – Assentamento Chico Murinho e Reserva Extrativista Lago Cuniã	Município Apoiado Município Apoiado Município Apoiado Comunidade Beneficiada	unidade unidade unidade unidade	41 15 20 3	41 15 20 3	R\$44.748,00	R\$ 29.914,71

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo	Prioridade	Subação	Descrição da Meta	Produto	Un. medida	Execução Física		Execução Financeira	
										Meta Prevista	Meta Realizada	Meta Prevista	Meta Realizada
SAÚDE AMBIENTAL (CONTINUAÇÃO)													
							Apoiar tecnicamente os municípios, por meio dos Núcleos Intersetoriais de Cooperação Técnica (NICT), na elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico.	Município Apoiado	unidade	9	9		
GESTÃO													
10	122	0750	20CW	A	4	47264 - SUEST-RO - Assistência Médica aos Servidores e Empregados Públicos (Exames Periódicos)	Realizar Exames periódicos em 50% dos servidores lotados no Município de Porto Velho.	% servidores beneficiados	%	50	0	R\$1,11	R\$1,11
10	128	0016	4572	A	3	47604-SUEST-RO-Capacitação de Servidores Públicos federais em Processo de Qualificação e Requalificação	Capacitar servidores Públicos Federais	Servidor Beneficiado	Unidade	120	120	R\$142.698,00	R\$142.698,00
							Promover a participação de servidores Públicos federais em Eventos de Capacitação	Nº de participação em eventos	unidade	199	200		

Fonte: PlamSUS

Legenda:

Tipo de Projeto: P – Projeto, A – Atividade e OP – Operação Especial.

Prioridade: 1 – Ação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) exceto PPI;

2 – Ação do PPI (Projeto Piloto de Investimento);

3 – Demais ações prioritárias;

4 – Ação não prioritária.



Quadro A.2.3.3 – Desempenho das Metas do Plano Operacional de 2011 (Ações e Subações)

Especificação das Metas	Quantidade de Metas	Intervalos de Desempenho					Total
		= > 90%	71% a 90%	51% a 70%	31% a 50%	0 % a 30%	
Saneamento Ambiental							
20AG	3	1- 100%		1- 53,33%		1 - 16,67%	
20AF	2					1- 0%	
2272	3	1 - 100% 1- 135,29%					
7652	2	2- 100%					
7656	2					2- 0%	
3883	3	3- 100%					
10GC	3	2- 100%				1- 0%	
10GD	5	2- 100% 1- 130%		1- 60%		1 - 0%	
10GE	4	4- 100%					
10GG	2	1- 100%			1- 50%		
7684	4	4- 100%					
	33 Programadas	24 Alcançadas					9 Não Alcançadas
Saúde Ambiental							
<i>Fomento à Educação em Saúde voltada para Saneamento Ambiental</i>	5	5- 100%					
<i>Apoio ao Controle da Qualidade da Água p/ o Consumo Humano</i>	3	2- 100%				1 - 0%	

Gestão

Gestão							
Sereh							
<i>Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos</i>	1					1- 0%	
Secap							
<i>Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Reclassificação</i>	2	1- 100% 1- 100,5%					
TOTAL -	44 Programadas SUEST	33 metas Alcançadas - (75%) 11 Não alcançadas		2 - 4,5%	1 - 2,3%	8 - 18%	

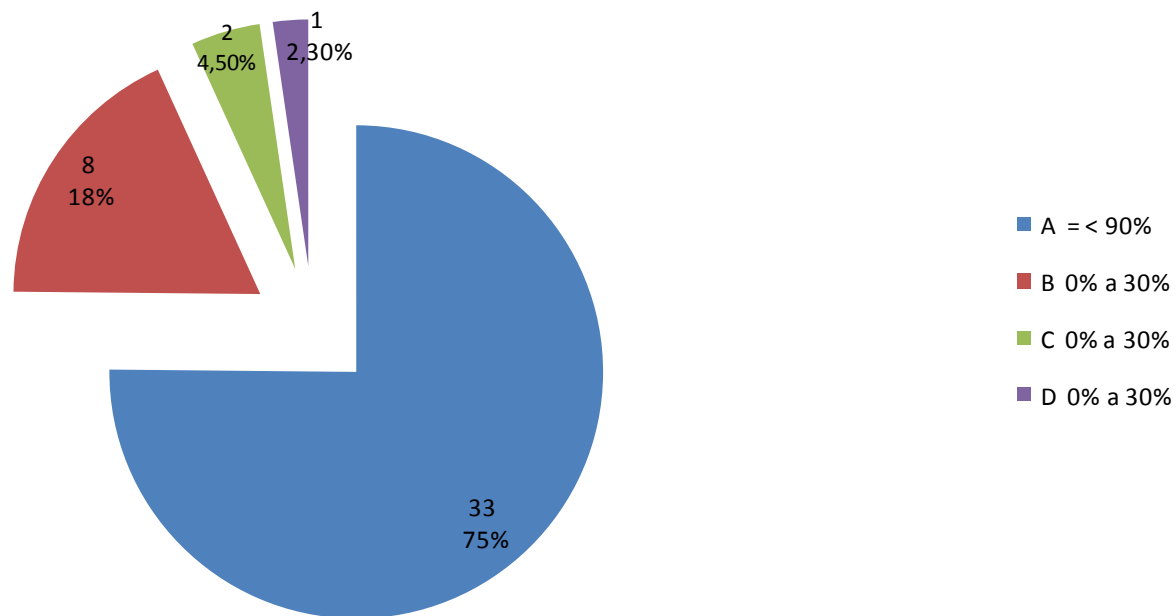
Fonte: PlamSUS



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde
Superintendência Estadual de Rondônia

Representação do Quadro A.2.3.3 – Desempenho das Metas do Plano Operacional de 2011 (Ações e Subações)

Gráfico de Desempenho das Metas do Plano Operacional -2011



Fonte:PlamSus

De acordo com o Monitoramento do Plano Operacional, das 44 Metas Programadas, registra-se 33 Metas alcançadas e 11 não alcançadas, porem com alcance parcial, de conformidade com o demonstrativo de desempenho dos resultados obtidos, representados no gráfico.

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

Todas as informações referentes a este subitem foram geradas pela Coordenação de Gestão Orçamentária e Coordenação Geral de Orçamento e Finanças da Presidência da Funasa, nível central, sede em Brasília, e encaminhadas às Superintendências Estaduais para inclusão no relatório de gestão.

2.4.1- Programação Orçamentária da Despesa

Quadro A.2.3 – Identificação das unidades orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Fundação Nacional de Saúde – Funasa/ Brasília	36211	255022

A SUEST/ RO é Unidade Gestora – UG 255022, subordinada à UG 255000- Funasa- Brasília, de onde recebe os créditos para desenvolvimento de suas ações tendo, portanto, somente movimentação interna.

2.4.2 – Programação de Despesas Correntes

QUADRO A.2.4 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES (NÃO SE APLICA A ESTA UJ)

2.4.3 – Programação de Despesas de Capital

QUADRO A.2.5 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL (NÃO SE APLICA A ESTA UJ)

2.4.3.1- Quadro Resumo da Programação de Despesas

QUADRO A.2.6- RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS (NÃO SE APLICA A ESTA UJ)

2.4.3.2 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro A.2.7 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos		-	0,00	0,00	0,00
	Recebidos	255022	09272008901810001	25.908,62	0,00	0,00
			10122075020000001	3.274,07	0,00	0,00
			10122012222720001	0,00	0,00	228.492,88
			10122075020000001	0,00	0,00	3.742.547,87
			10122128722720001	0,00	0,00	690.895,35
			10128001645720001	0,00	0,00	87.076,15
			10423015087430001	0,00	0,00	7.480.233,82
			10512012220AG0001	0,00	0,00	41.955,51
10541012269080001	0,00	0,00	31.090,71			
			TOTAL	29.182,69		12.302.292,29
Movimentação Externa	Concedidos	“ Não houve ocorrência no período ”				
	Recebidos					
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 - Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Movimentação Interna	Concedidos		-	0,00	0,00	0,00
	Recebidos	255022	10122075020000001	7.990,00	0,00	0,00
			10122128722720001	691.141,20	0,00	0,00
			10302015038690001	116.545,40	0,00	0,00
			10511128776560001	688.266,96	0,00	0,00
			10511128776840001	1.686.129,00	0,00	0,00
			10512012220AF0001	311.686,00	0,00	0,00
		TOTAL	3.501.758,56			
Movimentação Externa	Concedidos	“ Não houve ocorrência no período ”				
	Recebidos					

Fonte: Siafi Gerencial

Análise crítica

A descentralização desses créditos para esta Superintendência, atingiram um percentual de execução de aproximadamente 75% (setenta e cinco por cento), ressaltando que não afetou em nenhuma alteração o desempenho da programação anual que tenha prejudicado a realização das despesas; portanto não impactou negativamente no conjunto dos recursos geridos por esta Unidade Jurisdicionada ocorridos durante o exercício da gestão.

2.4.4 – Execução orçamentária de Despesa

Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesas **NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”**.

2.4.4.1 – Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

1.1.1.1 – Despesas por Modalidade de o Contratação

Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ **“NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”**.

1.1.1.2 – Despesas Correntes por Grupo e elemento de Despesa

Quadro A.2.9 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ **“NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”**.

1.1.1.3 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ **“NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”**.

2.4.4.2 – Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.4.3 - Despesas Por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

Quadro A.2.11 – Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2010	2011	2010	2011
Licitação	11.013.720,86	10.065.498,53	9.563.346,73	9.915.660,28
Convite	10.629,59	0,00	10.629,59	0,00
Tomada de Preços	28.595,83	0,00	28.595,83	0,00
Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão	10.974.495,44	10.065.498,53	9.524.121,31	9.915.660,28
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas	1.028.870,60	739.833,50	863.141,76	739.833,50
Dispensa	942.773,96	631.048,50	779.575,12	631.048,50
Inexigibilidade	86.096,64	108.785,00	83.566,64	108.785,00
Regime de Execução Especial	48.365,77	20.595,56	48.365,77	20.595,56
Suprimento de Fundos	48.365,77	20.595,56	48.365,77	20.595,56
Pagamento de Pessoal	2.008.898,71	353.777,94	2.008.898,71	353.777,94
Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias	2.008.898,71	353.777,94	2.008.898,71	353.777,94
Outros	0,00	798.705,56	0,00	798.705,56

Fonte: Siafi Gerencial

2.4.5 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

A seguir, Quadro A.2.12 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação.

Quadro A.2.12 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
1 – Despesas de Pessoal	37.811,60	29.182,69	37.811,60	29.182,69	0,00	0,00	37.811,60	29.182,69
ED -3190.08	37.811,60	29.182,69	37.811,60	29.182,69	0,00	0,00	37.811,60	29.182,69
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3-Outras Despesas Correntes	14.080.408,41	11.531.624,98	13.777.015,64	11.531.624,98	303.392,77	303.392,77	12.234.098,60	11.049.706,53
ED- 3390.39	6.053.286,27	5.457.173,29	5.934.484,38	5.457.173,29	118.801,89	118.801,89	5.320.536,10	5.374.887,40
ED- 3390.37	4.037.806,12	4.334.959,89	3.940.740,77	4.334.959,89	97.065,35	97.65,35	3.367.910,88	4.228.217,06
ED- 3390.30	1.664.705,87	1.293.145,63	1.577.901,72	1.293.145,53	86.804,15	86.804,15	1.251.324,81	1.002.365,21
Demais elementos do grupo	2.324.610,15	446.346,17	2.323.888,77	446.346,17	721,38	721,38	2.294.326,81	444.236,86

Fonte: Siafi Gerencial

2.4.6 – Despesas de capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos recebidos por Movimentação

Quadro A.2.13 – Despesas de Capital por Grupo e elemento de Despesa dos Créditos recebidos por Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 – Investimentos	5.614.472,94	4.296.513,55	409.742,01	4.296.513,55	5.204.730,93	5.204.730,93	336.427,59	778.866,31
ED – 4490-51	3.454.612,25	2.490.941,36	10.629,59	2.490.941,36	3.443.982,66	3.443.982,66	10.629,59	0,00
ED- 4490.52	2.159.860,69	1.034.904,88	399.112,42	1.034.904,88	1.760.748,27	1.760.748,27	325.798,00	8.199,00
ED- 3390.92 e 93	0,00	770.667,31	0,00	770.667,31	0,00	0,00	0,00	770.667,31

Fonte: Siafi Gerencial

Análise crítica

A Fundação Nacional de Saúde, por intermédio da Portaria nº 140, de 18 de fevereiro de 2011, aprovou as diretrizes para a programação orçamentária, orientando desta forma a execução do orçamento dentro das áreas pertinentes.

Tendo por base essas diretrizes, o orçamento para as despesas de custeio foi programado junto ao Sistema de Planejamento e Gestão Orçamentária (SPGO), o que veio a ser uma ferramenta de controle e acompanhamento da execução de orçamento, no exercício de 2011, das ações Administrativas, de Saneamento e Saúde Ambiental. Por força do Decreto 7.366/2010 e Portaria nº 7.461/2011, as despesas com as ações de Saúde Indígena não foram inseridas nesse Sistema de Controle Orçamentário, tendo em vista a transição dessas ações para a Secretaria de Saúde Indígena.

A Superintendência Estadual de Rondônia, de acordo com o programado para despesas correntes, recebeu a provisão de **R\$ 2.301.914,00** (dois milhões trezentos e um mil, novecentos e quatorze reais), dos quais foram empenhados R\$1.979.691,00 (um milhão, novecentos e setenta e nove mil, seiscentos e noventa e um reais), sendo liquidado desse valor R\$ 1.901.225,00 (um milhão novecentos e um mil, duzentos e vinte e cinco reais).

Portanto, conforme o demonstrativo apresentado (Quadro A.2.12-item 3), dos R\$ 11.531.624,98 empenhados para despesas correntes, R\$ **9.511.933,98** foi aplicado nas ações de Saúde Indígena, cujos repasses foram realizados por intermédio de “destaque” do Ministério da Saúde para esta Suest. O empenhamento da provisão para investimentos se deu na Modalidade Concorrência, por tratar-se de obras e serviços de engenharia, ocorrendo ao final do exercício financeiro, sendo que dos R\$ 3.454.612,25 (Quadro A.2.13 – item 4, 1º elemento de despesas), R\$ 2.766.345,00 foi empenhado para obras de Saneamento em áreas indígena. Para as despesas de Capital, utilizou-se a Modalidade Pregão, na forma eletrônica, sendo que dos R\$ 2.159.860,69 (Quadro A.2.13 – item 4, 2º elemento de despesas) R\$ 1.840.184,69 foi empenhado para atender à Saúde Indígena.

A provisão recebida nesta Suest, dentro de suas ações, foi descentralizada na totalidade, o que facilitou o acompanhamento e a execução do orçamento, tornando o planejamento uma diretriz nessa execução. A descentralização do orçamento para as despesas de Saúde Indígena se deu de forma contingenciada e intempestiva, em virtude desse orçamento serem de responsabilidade da Secretaria de Saúde Indígena, trazendo muitas dificuldades para a liquidação de despesas, as quais chegaram a se acumular por três meses, o que veio prejudicar a transição dessas ações, considerando que a sub-rogação de contratos somente se daria com todas as despesas liquidadas por esta Funasa.

2.4.7 Indicadores Institucionais

Tendo em vista a necessidade de aprimoramento do processo de planejamento, bem como da institucionalização dos mecanismos e ferramentas que visam à melhoria da gestão, a Coordenação Geral de Planejamento e Avaliação, de acordo com suas competências regimentais, vem adotando, desde 2008, um Modelo de Relatório de Avaliação. Optou-se por dar ênfase aos resultados alcançados pelas áreas finalísticas e de gestão da instituição, ou seja, nos eixos “**Saneamento Ambiental, Saúde Indígena e Gestão**”, optando-se pela construção de indicadores de desempenho que possibilitem avaliar as ações programadas e estabelecer parâmetros de eficiência, eficácia e efetividade.

O Relatório de Avaliação faz parte de um conjunto de estratégias que visam o aperfeiçoamento e fortalecimento do processo de planejamento criado no âmbito da Funasa e veio numa tentativa de preencher a lacuna existente entre o momento de monitoramento e o de análise, e a comunicação dos resultados.

Este instrumento gerencial foi elaborado visando avaliar os esforços empreendidos pela SUEST no alcance das metas definidas no Plano Operacional; demonstrar os resultados alcançados; subsidiar o processo de Prestação de Contas Anual e feitura do Relatório de Gestão, bem como possibilitar a correção de distorções na execução das ações.

Em 2009, foi criado o Comitê de Planejamento e Monitoramento da Funasa pela Portaria nº 517, de 08 de maio de 2009, com o objetivo de elaborar e monitorar o Plano Operacional de 2009, bem como avaliar os resultados alcançados e demonstrar o esforço empreendido para o alcance da missão institucional.

Uma vez criado o Comitê de Planejamento e Monitoramento da Funasa, composto por 31 membros com representação de todas as áreas técnicas da presidência, se iniciou a formação de um grupo de trabalho e procedeu-se a revisão do “cardápio” de indicadores propostos em 2008 no Relatório de Avaliação. A iniciativa foi amparada e reforçada pela Portaria nº 202, que aborda, dentre outros assuntos, a necessidade de se estabelecer mecanismos (indicadores) capazes de medir o desempenho das coordenações regionais no tocante à execução das ações que estão sob sua responsabilidade.

Foram realizadas oito reuniões ordinárias do GT de Indicadores, além das reuniões específicas agendadas com as diversas áreas envolvidas as quais contou com a participação dos assistentes de planejamento das Core do RJ e PI, de forma continuada e de SC e RR de forma pontual, reforçando o compromisso de se manter uma construção coletiva dos instrumentos e ferramentas institucionais

Os trabalhos foram iniciados buscando uma revisão doutrinária do tema “Indicadores”, a fim de pacificar o entendimento entre os membros do mencionado GT, homogeneizando e disseminando o conhecimento. Inicialmente procurou-se discutir os conceitos reunidos em quatro referências literárias. Foram elas:

- ✓ ***Manual de Avaliação do PPA, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG;***
- ✓ ***Manual de Avaliação na Administração Pública, de Paulo Roberto Motta;***
- ✓ ***Modelo Gerencial na Administração Pública, de Fernando Luiz Abrucio (Cadernos da Escola Nacional de Administração Pública – ENAP);***
- ✓ ***Revista do Tribunal de Contas da União – TCU.***

Como fruto desses encontros, foram consolidados num único documento os conceitos necessários para o entendimento e preenchimento das informações orientadoras na revisão dos Indicadores do Relatório de Avaliação de 2008 e nos Indicadores do documento proposto na Supervisão Técnica Administrativa – STA, além de formulados novos Indicadores propostos pelas áreas técnicas.

Desta forma foi elaborado o novo quadro de indicadores com as seguintes informações:

- **Indicador:** expressa o nome do indicador proposto considerando, a conceituação do termo;
- **Finalidade:** o que o indicador pretende expressar;
- **Memória de cálculo:** a descrição da(s) variáveis que compõem o cálculo do indicador
- **Tipo:** qualificação do indicador dentre as seguintes categorias: eficiência, eficácia e efetividade;
- **Fonte:** origem dos dados considerados para a construção do indicador;
- **Método de aferição:** refere-se ao conjunto de técnicas utilizadas para mensurar os dados que constituirão a fórmula de cálculo. Ex: sistemas de informação
- **Área responsável pelo indicador:** identifica a área da Funasa responsável pela aplicação do indicador e a conseqüente produção da informação.

Dando continuidade a revisão do modelo de Relatório de Avaliação proposto em 2008, a CGPLA fechou o entendimento de que é mais oportuno que as Core trabalhem na produção de um documento que contemple a avaliação dos resultados e a comunicação desses em forma de Relatório Anual de Gestão; cuja estrutura estará calcada na forma e conteúdo proposto pela CGU. Ressaltando a importância da utilização dos indicadores para demonstrar o desempenho alcançado pela Funasa nos programas e ações que estão sob sua responsabilidade e o esforço empreendido para o cumprimento de sua missão institucional, acrescentando-se igualmente

A seguir, quadro com os principais indicadores da área de saneamento ambiental e seus respectivos resultados nos anos de 2010 e 2011 desta Suest-RO.

Quadro A.2.29 – Indicadores de Saneamento Ambiental

Indicador	Finalidade	Fórmula de cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de aferição	Área responsável p/indicador	Resultado 2010	Resultado 2011
Percentual de execução física de obras de abastecimento de água com recursos do PAC (*) (*) Acumulado - 2007 a 2011. (Parâmetro de verificação: Portaria 623)	Medir a execução física das obras do PAC	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de obras de abastecimento de água com percentual de conclusão } < 30\%}{\text{N}^\circ \text{ de obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$	$\frac{36 \times 100}{43}$	Eficácia	Sigesan e Siscon Siafi	Relatórios do Sigesan; Parecer Técnico de visita de acompanhamento (Diesp e Sensp)	DENSP DEPIN SUEST	18,18%	83,72%
		$\frac{\text{N}^\circ \text{ de obras de abastecimento de água com percentual de conclusão } \geq 70\% \text{ e } < 100\%}{\text{N}^\circ \text{ de obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$	$\frac{0 \times 100}{43}$					9,09%	0%
		$\frac{\text{N}^\circ \text{ de obras de abastecimento de água concluídas}}{\text{N}^\circ \text{ de obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$	$\frac{2 \times 100}{43}$					0,00	4,65%
Percentual de execução física de obras de esgotamento sanitário com recursos do PAC (*) (*) Acumulado - 2007 a 2011. (Parâmetro de verificação: Portaria 623)	Medir a execução física das obras do PAC	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de obras de esgotamento sanitário com percentual de conclusão } < 30\%}{\text{N}^\circ \text{ de obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$	$\frac{26 \times 100}{28}$	Eficácia	Sigesan e Siscon Siafi	Relatórios do Sigesan; Parecer Técnico de visita de acompanhamento (Diesp e Sensp)	DENSP DEPIN SUEST	33,33%	92,85%
		$\frac{\text{N}^\circ \text{ de obras de esgotamento sanitário com percentual de conclusão } \geq 70\% \text{ e } < 100\%}{\text{N}^\circ \text{ de obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$	$\frac{2 \times 100}{28}$					33,33%	7,14%
		$\frac{\text{N}^\circ \text{ de obras de esgotamento sanitário concluídas}}{\text{N}^\circ \text{ de obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$	$\frac{0 \times 100}{28}$					0,00	0%

Indicador	Finalidade	Fórmula de cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de aferição	Área responsável p/indicador	Resultado 2010	Resultado 2011
Percentual de aldeias com sistema de abastecimento de água implantado com recursos do PAC (*) (*) Acumulado – 2007 a 2011	Medir o percentual de aldeias com sistema de abastecimento de água implantados com recursos do PAC	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de aldeias com SAA (*)}}{\text{Total de aldeias previstas nos 4 anos do PAC}} \times 100$	$\frac{210 \times 100}{242}$	Eficácia	Planilha de acompanhamento de obras. Visita de acompanhamento de obras	Planilha Acompanhamento de obras (Densp) E visita de acompanhamento de obras (Diesp)	DENSP SUEST	79,69%	86,77%
Percentual de aldeias com tratamento de água implantado com recursos do PAC (*) (*) Acumulado – 2007 a 2011	Aferir o percentual de aldeias com tratamento de água implantado com recursos do PAC	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de aldeias com SAA com tratamento de água implantado}}{\text{Total de aldeias com SAA implantado com recursos do PAC}} \times 100$	$\frac{0 \times 100}{242}$	Eficácia	Planilha de acompanhamento em Excel visita de acompanhamento de obras	Planilha de Acompanhamento (Densp) E visita de acompanhamento de obras (Diesp)	DENSP SUEST	0	0%

Indicador	Finalidade	Fórmula de cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de aferição	Área responsável p/indicador	Resultado 2010	Resultado 2011
Percentual de sistemas de Abastecimento de água, em aldeias, com monitoramento da qualidade da água para consumo humano *	Medir o percentual de sistemas de abastecimento de água monitorado	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de sistemas de abastecimento de água em área indígena monitorado}}{\text{Total de sistemas de abastecimento de água em área indígena com tratamento}} \times 100$	$\frac{0}{242} \times 100$	Eficácia	Planilha de acompanhamento Programação de acompanhamento	Planilha Acompanhamento (Densp) E visita de acompanhamento (Diesp)	DENSP SUEST	0	0%
		$\frac{\text{N}^\circ \text{ de comunidades quilombolas com SAA implantado (*)}}{\text{Total de comunidades remanescentes de quilombo programadas nos 4 anos do PAC}} \times 100$	$\frac{0}{0} \times 100$						0%
Percentual de domicílios com Melhorias Sanitárias Domiciliares implantadas com recursos do PAC (RA ajustado) (*) Acumulado – 2007 a 2011	Verificar o percentual de domicílios com Melhorias Sanitárias Domiciliares implantadas	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de domicílios com MSD implantado (*)}}{\text{N}^\circ \text{ de domicílios programados nos 4 anos do PAC}} \times 100$	$\frac{149}{1.280} \times 100$	Eficácia	Programação do PAC Sigesan	Relatório gerado do Sistema Programação do PAC	DENSP SUEST	30,17%	11,64%

Análise Crítica

Relativo às ações de convênios, que constam no quadro acima, ÁGUA, ESGOTO E MSD, observou-se que houve alterações nos indicadores apresentados no ano de 2011 em relação ao ano anterior, 2010. Vale ressaltar que o N.º DE OBRAS PROGRAMADAS NOS TC CELEBRADOS, foi considerado o n.º de TC COM SEUS PROJETOS TÉCNICOS APROVADOS, em decorrência que houve um incremento na aprovação dos projetos técnicos do PAC2, Com isso, o n.º de obras com percentual de conclusão inferior a 30% aumentou de 18,18% para 83,72% no caso da ação ÁGUA e de 33,33% para 92,85% no caso da ação ESGOTO, estas obras estão na fase inicial ou ainda não foram liberados os recursos para seu início, tanto para as ações de ÁGUA e ESGOTO.

O percentual de obras concluídas na ação ÁGUA também aumentou de 0% para 4,65%, de ESGOTO permaneceu em 0%%. As obras com percentual entre 70% e 100% decresceram, tanto para ÁGUA quanto ESGOTO, em decorrência do acréscimo de projetos técnicos aprovados na ação ESGOTO referente ao PAC2, como também em virtude de conclusão de obras na ação ÁGUA. Não constam no quadro dos indicadores as AÇÕES DE DRENAGEM, RESIDUOS SOLIDOS QUE SÃO FINANCIADAS PELA FUNASA.

O percentual de domicílios beneficiados com a implantação de MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES diminuiu de 30,17% para 11,64% em decorrência do número de projetos técnicos aprovados em 2011 que ainda não estão em execução, e, portanto, não existe ainda domicílio beneficiado com a ação de MSD.

Em 2011, 100% das aldeias programadas para serem atendidas com a implantação de sistemas de abastecimento de águas, com recursos do PAC serão beneficiadas com as obras executadas. No acumulado do PAC (2007 a 2011) 86,77% das aldeias indígenas programadas para serem atendidas com implantação de sistemas de saneamento, foram beneficiadas com as obras executadas.

Os sistemas de saneamento implantados em áreas indígenas dos Distritos Sanitários Indígenas de Vilhena e Porto Velho ainda não possuem sistemas de tratamento de água implantados, portanto, os percentuais relativos às ações de implantação de sistemas de tratamento de água e monitoramento, permaneceram em 0%. Está previsto a implantação de sistema de abastecimento de água em 21 aldeias indígenas, para o ano de 2012.

Com relação ao percentual de comunidades quilombolas, não houve programação desta ação na Suest/RO.

3. INFORMAÇÕES SOBRE RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

3.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Deixamos de anexar o Quadro A.3.1 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos – pois “NAÕ HOUVE OCORRÊNCIA NO PERÍODO”

4. INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

As informações referentes a este item foram geradas pela Coordenação de Gestão Orçamentária e Coordenação Geral de Orçamento e Finanças da Presidência da Funasa, nível central, sede em Brasília, e encaminhadas às Superintendências Estaduais para inclusão no relatório de gestão.

4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

Quadro A.4.1 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscritos	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2009	667.700,07	520,00	609.372,46	57.807,61
2010	747.966,24	0,00	690.158,63	57.807,61
2011	1.678.893,46	8.321,34	1.612.764,51	57.807,61
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscritos	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2009	1.085.405,64	409.831,21	416.163,38	259.411,05
2010	6.175.174,18	386.880,76	4.882.595,70	905.697,72
2011	6.408.967,03	691.452,26	5.041.400,42	676.114,35
Observações:				

Fonte: Siafi Gerencial

4.2 Análise Crítica

Quanto aos Restos a Pagar Processados, a permanência de saldo R\$ 57.807,61 é decorrente de valores em Processo Administrativo e Mandado de Penhora em desfavor da Empresa FC Limpeza e Conservação por inexecução parcial do contrato.

Já a permanência de saldo de Restos a Pagar Não Processados por mais de um exercício foi ocasionado em 2009, pela prorrogação até 30/04/2011, de acordo com a MSG: 2011/0036456, da UG 170500 da Coordenação Geral de Programação Financeira, com base no Decreto nº 7.418/2010, de 31.12/2010, porém antecipo que os valores foram anulados no início do exercício de 2012. Os registros de 2010 são correspondentes a 2010NE901278, 1279 e 901281 em nome da empresa Imigrantes Construções Ltda, visto que as obrigações continuam vigentes no exercício de 2011, assim como as Notas de Empenho emitidas no próprio exercício de 2011.

5. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS

As informações referentes a este item foram geradas Setor de Recursos Humanos desta SUEST/RO, com a colaboração nível central da FUNASA com sede em Brasília.

5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

5.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada

Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da Suest-RO – Situação Apurada em 31/12/2011

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2011	Egressos em 2011
	Autorizada	Efetiva		
1. Provimento de cargo efetivo	00	00	00	00
1.1 Membros de poder e agentes políticos	00	00	00	00
1.2 Servidores de Carreira	00	107	00	00
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	00	334	00	01
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	00	00	00	00
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	00	00	00	00
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	00	00	00	00
2. Servidores com Contratos Temporários	00	00	04	01
3. Total de Servidores (1+2)		444	04	01

Fonte: Sereh/Suest-RO

Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a Força de Trabalho da UJ – Situação em 31/12/2011

Tipologia dos Afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1 + 1.2 + 1.3)	00
1.1 Exercício de Cargo em Comissão	00
1.2 Exercício de Função de Confiança	00
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	02
2. Afastamentos (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4)	00
2.1 Para Exercício de Mandato Eletivo	01
2.2 Para Estudo ou Missão no Exterior	00
2.3 Para Serviço em Organismo Internacional	00
2.4 Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	00
3. Removidos (3.1 + 3.2 + 3.3 + 3.4 + 3.5)	00
3.1 De ofício, no interesse da Administração	00
3.2 A pedido, a critério da Administração	02
3.3 A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	00
3.4 A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	00
3.5 A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	00
4. Licença remunerada (4.1 + 4.2)	00
4.1 Doença em pessoa da família	00
4.2 Capacitação	00

5. Licença não remunerada (5.1 + 5.2 + 5.3 + 5.4 + 5.5)	00
5.1 Afastamento do cônjuge ou companheiro	00
5.2 Serviço militar	00
5.3 Atividade política	00
5.4 Interesses Particulares	02
5.5 Mandato Classista	00
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo) Redistribuídos p/ outro órgão	06
7. Total de Servidores afastados em 31 de dezembro(1+2+3+4+5+6)	13

Fonte: Sereh/Suest-RO

Quadro A.5.3 – Detalhamento estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	00	00	00	00
1.1 Cargos de Natureza Especial	00	00	00	00
1.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	00	00	00	00
1.2.1 Servidores de Carreira vinculada ao Órgão	00	06		00
1.2.2 Servidores de Carreira em Exercício descentralizado	00	00	00	00
1.2.3 Servidores de outros órgãos e esferas	00	00	00	00
1.2.4 Sem vinculo		01		
1.2.5 Aposentados	00	00	00	00
2. Funções Gratificadas	00	00	00	00
2.1 Servidores de Carreira vinculada ao Órgão		14		
2.2 Servidores de Carreira em Exercício descentralizado	00	00	00	00
2.3 Servidores de outros órgãos e esferas	00	00	00	00
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1 + 2)	00	21	00	00

Fonte: Sereh/Suest-RO

Quadro A.5.4 – Quantitativo de Servidores da Suest-RO por faixa etária – Situação apurada em 31/12/2011

Tipologia de Cargo Efetivo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	00	00	00	00	00
1.1 Membros de poder e agentes políticos	00	00	00	00	00
1.2 Servidores de Carreira	01	00	137	245	37
1.3 Servidores com Contratos Temporários	02	01	00	00	00
2. Provimento de Cargo em Comissão	00	00	00	00	00
2.1 Cargos de Natureza Especial	00	00	00	00	00
2.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior	00	00	02	04	01
2.3 Funções gratificadas	00	01	05	09	00
3. Totais (1 + 2)	03	01	144	258	38

Fonte: Sereh/Suest-RO

Quadro A.5.5 - Quantidade de Recursos Humanos da Suest-RO por Nível de Escolaridade - Situação Apurada Em 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	00	00	00	00	00	00	00	00	00
1.1. Membros de poder e agentes políticos	00	00	00	00	00	00	00	00	00
1.2. Servidores de Carreira	00	17	38	82	215	68	00	00	00
1.3. Servidores com Contratos Temporários	00	00	00	00	00	03	00	00	00
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	00	00	00	00	00	00	00	00	00
2. Provimento de cargo em comissão	00	00	00	00	00	00	00	00	00
2.1. Cargos de Natureza Especial	00	00	00	00	05	02	00	00	00
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	00	00	00	00	14	00	00	00	00
2.3. Funções gratificadas	00	17	38	82	234	73	00	00	00

LEGENDA
Nível de Escolaridade
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Sereh/Suest-RO

5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Quadro A.5.6 - Composição do quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2011

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1 Integral	251	
1.1 Voluntária	221	29
1.2 Compulsório	10	0
1.3 Invalidez Permanente	20	01
1.4 Outras	00	00
2 Proporcional	114	00
2.1 Voluntária	25	00
2.2 Compulsório	15	00
2.3 Invalidez Permanente	74	00
2.4 Outras	00	00
3 Totais (1+2)	365	30

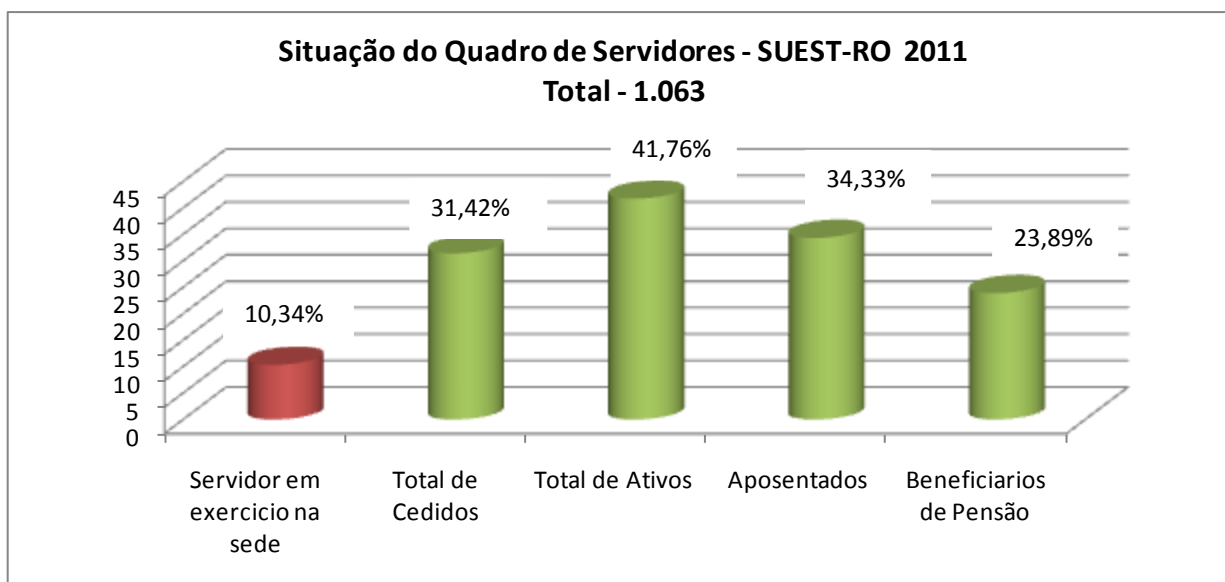
Fonte: Sereh/Suest-RO

Quadro A.5.7 – Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2011

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referencia
1. Aposentado	262	06
1.1 Integral	116	02
1.2. Proporcional	136	04
2. Em atividade	02	02
3. Total (1+2)	254	08

Fonte: Sereh/Suest-RO

Gráfico 2- Situação do Quadro de Servidores da SUEST/ RO – Situação apurada em 31.12.2011



5.3 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários - Situação apurada em 31/12/2011

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior	17	12	15	15	R\$107.077,58
Área Fim	06	03	03	03	R\$27.085,60
Área Meio	11	09	12	12	R\$79.991,98
Nível Médio	25	21	22	18	R\$81.065,55
Área Fim	05	03	04	03	R\$15.312,91
Área Meio	20	18	18	15	R\$65.752,64
Total(1+2)	42	33	37	33	R\$188.143,13

Fonte: Socap/Sereh/Suest-RO

5.4 Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada

Quadro A.5.9 – Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos dois anos anteriores

Tipologias /Exercícios	Venci- mentos e Vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribui- Coes	Gratifi- ções	Adicio- nais	Indeniza- ções	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais despesas variáveis			
Membros de Poder e Agentes Políticos										
Exercícios	2011									
	2010									
	2009									
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão										
Exercícios	2011	6.767.135,41		2.612.244,42	701.035,76	725.750,09	1.122.374,91			2.280.995,17
	2010									
	2009									
Servidores com Contratos Temporários										
Exercícios	2011	263.590,00								
	2010									
	2009									
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença										
Exercícios	2011									
	2010									
	2009									
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial										
Exercícios	2011									
	2010									
	2009									
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior										
Exercícios	2011	66.319,50		18.389,97	4.767,75					
	2010									
	2009									
Servidores ocupantes de Funções Gratificadas										
Exercícios	2011	10.236,03								
	2010									
	2009									
Fonte: Socap/Sereh/Suest-RO										

Obs: Considerando que o programa de extrator de dados, só fornece dados referente ao exercício vigente, não é possível mensurar custos em função da SUEST não ter acesso a estas informações, que estão centralizadas na Presidência/Funasa. *Esses dados serão divulgados pelo órgão Central da Funasa.*

5.5. TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA PELA UNIDADE JURISDICIONADA

O CONTEÚDO DOS QUADROS A.5.10; A.5.11 e A.5.13 NÃO HOUVE OCORRÊNCIA NO PERÍODO

5.5.3 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade .

Quadro A.5.12 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE													
UG/Gestão: : 255022 – 36211							CNPJ: 26.989.350/0180-82						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	V	O	32/2008	07.719.705/0001-02	22.02.2008	21.02.2013	-	-	0	2	-	-	P
2010	L	O	57/2010	07.047.898/0001-00	22.11.2010	17.11.2012	15	15	1	1	-	-	P
2011	V	O	51/2011	02.576.238/0004-38	01.01.2012	31.12.2012	0	4	-	-	-	-	A
Observação:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: Salog/Diadm/SUEST-RO

5.6 – Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

OBS : A Funasa ainda não tem estabelecido indicadores de recursos humanos e não há previsão para seu desenvolvimento.

6. INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS REALIZADAS PELA UJ

6.1 Instrumentos de Transferências vigentes no exercício

Quadro A.6.1 – Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência (NÃO SE APLICA A SUEST)

Quadro A.6.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios (NÃO SE APLICA A SUEST)

Quadro A.6.3 – Resumo Dos Instrumentos De Transferência Que Vigerão Em 2011 E Exercícios Seguintes (NÃO SE APLICA A SUEST)

OBS – Os quadros referentes ao Subitem 6.1, foram excluídos, por não ser competência da Superintendência Estadual o repasse ou transferência dos recursos de convênios, visto que isto ocorre por competência da Presidência da Funasa. À Superintendência, por meio do Serviço de Convênio, compete realizar o acompanhamento da execução do recurso e análise das prestações de contas.

6.2 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios, termos de cooperação contratos de repasse

Quadro A.6.4 – Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências concedidas pela UJ na Modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse.

R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE					
CNPJ: 26.989.350/0180-82			UG/GESTÃO: 255022 – 36211		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2011	Contas prestadas	Quantidade	26		
		Montante Repassado	23.229.714,39		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-		
		Montante Repassado	-		

2010	Contas prestadas	Quantidade	20		
		Montante Repassado	8.010.388,20		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-		
		Montante Repassado	-		
2009	Contas prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

Fonte: Secon/Suest/RO

6.2.1 – Informações sobre análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse.

Quadro A.6.5 – Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse

R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE					
CNPJ: 26.989.350/0180-82			UG/GESTÃO: UG/GESTÃO: 255022 – 36211		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2011	Quantidade de contas prestadas			26	
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	Contas analisadas	-	
			Contas Não analisadas	-	
		Montante repassado (R\$)	-		
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	15	
			Quantidade Reprovada	1	
			Quantidade de TCE	1	
Contas NÃO analisadas		Quantidade	9		
		Montante repassado (R\$)	10.440.154,02		
2010	Quantidade de contas prestadas			20	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		7	
		Quantidade Reprovada		3	
		Quantidade de TCE		2	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		8	
Montante repassado (R\$)		5.818.237,13			
2009	Quantidade de contas prestadas			19	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		8	
		Quantidade Reprovada		7	
		Quantidade de TCE		1	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		3	
Montante repassado		400.000,00			

Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas	Quantidade	3	
		Montante repassado	3.399.576,23	
Fonte: Secon/Suest/RO				

6.3 Análise Crítica

A SUEST/RO tem utilizado de todos os mecanismos para que as Convenientes que se encontram em inadimplência possam sanar as irregularidades tais como: impropriedades/irregularidades identificadas durante o acompanhamento da execução física e financeira, ou mesmo durante a fase de análise das prestações de contas. Quanto a análise das prestações de contas, esta Suest tem se esforçado para reduzir o número de tomadas de contas especiais, especialmente quando a Conveniente se propõe a sanar as pendências apontadas como irregular e sendo passível de regularização, exceto se a irregularidade apontada não for passível de regularização, quando somente resta a reparação do dano (restituição de recursos), neste caso não se concede o prazo, mas exige-se a restituição do recurso e instaura-se a TCE.

No que se pode observar no Quadro item A.6.4, avaliamos que houve evolução substancial dos recursos transferidos em 2011, com relação aos exercícios anteriores, com maior demanda para o acompanhamento dos convênios e análises das prestações de contas.

Como se observa no Quadro, não há pendências quanto a apresentação de prestações de contas. Também no Quadro A 6.5, registra-se a existência de somente 1 convênio em tomada de contas especial. Já no que se refere a prestação de contas não analisadas, a pendência diz respeito a análise técnica, por parte da área de Engenharia, fato que pode ser justificado dado a demanda naquela área, quanto a análise técnica de novos projeto (PAC 2), aliado à necessidade do cumprimento da Portaria Funasa nº 623/2010, que exige do técnico maior disponibilidade para avaliação técnica para cada parcela a ser liberada, gerando maior demanda no Acompanhamento da execução física.

No que se refere a gerenciamento das transferências com a capacidade de fiscalização dos planos de trabalho, a Suest, efetua acompanhamento da execução física e financeira dos planos de trabalhos pactuados e emite relatórios técnicos específicos, que são encaminhados às convenientes para conhecimento e adoção de providências, quanto às recomendações de impropriedades ou irregularidades detectadas durante a visita. Esse fato, podemos atribuir como positivo, comparando-se com o número reduzido de TCE para o exercício.

7. DECLARAÇÃO REFERENTE A CONTRATOS E CONVÊNIOS

Quadro A.7.1- Declaração do Superintendente sobre os registros atualizados no sistema SIASG e SICONV consta no **Anexo II** deste relatório.

8. INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES RELATIVAS À ENTREGA E AO TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS

8.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8,730/93

Quadro A.8.1 – Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da Obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	00	00	00
	Entregaram a DBR	00	00	00
	Não cumpriram a obrigação	00	00	00
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	00	00	00
	Entregaram a DBR	00	00	00
	Não cumpriram a obrigação	00	00	00
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	00	00	21
	Entregaram a DBR	00	00	21
	Não cumpriram a obrigação	00	00	00

FONTE: Sereh/Suest-RO

8.2 Análise crítica

Ao item em comento, inexistem dificuldades no cumprimento das obrigações relacionadas a entrega das declarações de bens e rendas – DBR, considerando que por força da Portaria Interministerial MP/CGU nº 298 de 2.9.2007, todas as Chefias optaram por autorizar o acesso à DBR diretamente no SISTEMA (Anexo I e II da referida Portaria)

9. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DOS SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ

9.1 - Estrutura de controles internos da UJ

Quadro A. 9.1 - Estrutura de Controles Internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	

4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a conseqüente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		

Considerações gerais:

Para responder este questionário, promoveu-se reunião conjuntamente com as chefias das respectivas unidades administrativas (Divisões, Seções, Setores e Serviços, para análise das questões apresentadas e validação da resposta.

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) **Totalmente válido.** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

10. INFORMAÇÕES QUANTO A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS E MATERIAIS DE TI

10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?		X			
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).		X			
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?		X			
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?		X			
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	X				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).		X			

<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? 					
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.		X			
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.		X			
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.		X			
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.	X				
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 					
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.	X				
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 					
<i>Considerações Gerais:</i> Optou-se pela apresentação do questionário às áreas envolvidas - Saneamento e Administração / licitação					
<u>LEGENDA</u> Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

11. INFORMAÇÕES SOBRE GESTÃO DE PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

11.1. Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Distribuição Espacial Dos Bens Imóveis De Uso Especial De Propriedade Da União, está organizado de modo a permitir a identificação do quantitativo de imóveis de propriedade da União que estavam sob a responsabilidade da UJ no final dos exercícios de 2010 e 2011, contemplando a localização geográfica dos bens locados no Brasil e no Exterior.

Quadro A.11.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	RONDONIA	56	56
	Alta Floresta	2	2
	Alvorada	9	9
	Ariquemes	8	8

Cacoal	7	7
Cerejeiras	4	4
Colorado	2	2
Costa Marques	2	2
Espigão	3	3
Guajará-Mirim	3	3
Jaru	4	4
Ji-Paraná	6	6
Jorge Teixeira	2	2
Machadinho	3	3
Nova Mamoré	1	1
Ouro Preto	3	3
Pimenta Bueno	3	3
Porto Velho	9	9
Pres. Médice	2	2
Rolim de Moura	2	2
Santa Luzia	3	3
São Fco. do Guaporé	1	1
Theobroma	1	1
Urupá	1	1
Vilhena	3	3
TOTAL RONDÔNIA	84	84
Total	84	84

Fonte: Sopat/Salog/Diadm/Suest-RO

Quadro A.11.2 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2010	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	RONDONIA	1	0
	Porto Velho	1	0
Total		1	0

Fonte: Sopat/Salog/Diadm/Suest-RO

Quadro A.11.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
ALTA FLORESTA	A CADASTRAR	22	3	41.557,01	abril-10	41.557,61	NA	NA
ALVORADA DO OESTE	0035.00013.500-6	15	3	4.320,00	abril-10	62.798,71	NA	NA
ALVORADA DO OESTE	0035.00012.500-0	15	3	36.000,00	abril-10	62.798,71	NA	NA
ALVORADA DO OESTE	0035.00014.500-1	15	3	4.320,00	abril-10	62.798,71	NA	NA
ALVORADA DO OESTE	0035.00011.500-5	15	3	4.320,00	abril-10	62.798,71	NA	NA
ALVORADA DO OESTE	0035.00010.500-0	15	3	4.320,00	abril-10	62.798,71	NA	NA
ALVORADA DO OESTE	0035.00015.500-7	15	3	4.320,00	abril-10	62.798,71	NA	NA
ALVORADA DO OESTE	0035.00017.500-8	5	3	5.040,00	abril-10	50.843,95	NA	NA
ALVORADA DO OESTE	0035.00018.500-3	5	3	84.000,00	abril-10	375.989,39	NA	NA
ALVORADA DO OESTE	0035.00016.500-2	5	3	120.000,00	abril-10	1.159.099,57	NA	NA
ARIQUEMES	0007.00062.500-8	5	3	10.000,00	abril-10	358.624,83	NA	NA
ARIQUEMES	0007.00050.500-2	5	3	204.000,00	abril-10	2.630.086,99	NA	NA
ARIQUEMES	0007.00060.500-7	15	3	19.442,57	abril-10	206.000,65	NA	NA
ARIQUEMES	0007.00053.500-9	15	3	5.400,00	abril-10	168.590,49	NA	NA
ARIQUEMES	0007.00132.500-8	15	3	16.012,12	abril-10	233.006,60	NA	NA
ARIQUEMES	0007.00051.500-8	5	3	5.400,00	abril-10	52.447,79	NA	NA
ARIQUEMES.	0007.00052.500-3	15	3	5.400,00	abril-10	149.908,86	NA	NA
CACOAL	0009.00056.500.1	5	3	12.888,00	abril-10	34.945,85	NA	NA
CACOAL	0009.00035.500-7	22	3	6.840,00	abril-10	557.094,05	NA	NA
CACOAL	0009.00036.500-2	15	3	9.180,00	abril-10	269.737,68	NA	NA
CACOAL	0009.00034.500-1	15	3	7.092,00	abril-10	190.059,75	NA	NA
CACOAL	0009.00041.500-0	15	3	8.784,00	abril-10	172.881,31	NA	NA
CACOAL	0009.00037.500-8	15	3	133.628,32	abril-10	194.672,96	NA	NA
CACOAL	0009.00061.500-9	22	3	41.333,70	abril-10	276.066,56	NA	NA
CACOAL	0009.00060.500-3	5	3	83.524,49	abril-10	154.420,87	NA	NA
CACOAL	0009.00040.500-4	5	3	29.645,70	abril-10	1.671.810,12	NA	NA
CACOAL	009.00036.500-2	23	3	9.180,00	abril-10	260.132,09	NA	NA
CEREJEIRAS	0027.00006.500-7	23	3	25.200,00	abril-10	22.017,61	NA	NA
CEREJEIRAS	0027.00004.500-6	5	3	1.533,26	abril-10	340.952,55	NA	NA

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
COLORADO DO OESTE	0023.00061.500-4	5	3	15.000,00	abril-10	340.952,55	NA	NA
COLORADO DO OESTE	0023.00059.500-3	5	3	10.000,00	abril-10	NÃO AVALIADO	NA	NA
COSTA MARQUES	0021.00018.500-3	5	3	15.000,00	abril-10	88.461,32	NA	NA
COSTA MARQUES	0021.00020.500-4	5	3	5.400,23	abril-10	67.183,72	NA	NA
COSTA MARQUES	0021.00018.500-3	5	3	15.000,00	abril-10	NÃO AVALIADO	NA	NA
ESPIGÃO	0025.00006.500-0	15	6	2.615,74	abril-10	31.819,43	NA	NA
ESPIGÃO	0025.00009.500-7	5	3	30.000,00	abril-10	268.617,46	NA	NA
GUAJARÁ – MIRIM	0001.00089.500-6	5	3	37.500,00	abril-10	189.206,01	NA	NA
GUAJARÁ – MIRIM	0001.000192.500-6	5	3	130.000,00	abril-10	659.697,69	NA	NA
JARU	0015.00025.500-7	22	3	400.790,40	abril-10	602.601,10	NA	NA
JARU	0015.00045.500-6	5	3	28.800,00	abril-10	220.195,50	NA	NA
JI- PARANA	0005.00086.500-2	5	3	1.205.055,00	abril-10	1.654.612,10	NA	NA
JI- PARANA	0005.00055.500-3	5	3	1.068.240,00	abril-10	1.857.838,69	NA	NA
JI- PARANÁ	0005.00056.500-9	5	3	4.807.500,00	abril-10	6.608.588,87	NA	NA
MACHADINHO	0039.00057.500-9	5	3	36.944,00	abril-10	207.943,14	NA	NA
MACHADINHO	0039.00055.500-8	5	3	84.019,66	abril-10	237.319,91	NA	NA
MACHADINHO	0039.00056.500-3	5	3	S/INFORMAÇÃO	abril-10	NÃO AVALIADO	NA	NA
NOVA MAMORÉ.	0047.00004.500-0	5	3	8.160,00	abril-10	21.573,44	NA	NA
OURO PRETO	0017.00060.500-4	23	3	15.596,95	abril-10	15.596,95	NA	NA
OURO PRETO	0017.00035.500-8	5	3	364.854,67	abril-10	692.980,76	NA	NA
OURO PRETO	0017.00059.500-9	23	3	15.111,75	abril-10	15.111,75	NA	NA
OURO PRETO	0017.00035.500-8	5	3	364.854,67	abril-10	441.580,61	NA	NA
PIMENTA BUENO	0011.00045.500-3	5	3	96.000,00	abril-10	721.461,59	NA	NA
PIMENTA BUENO	0011.00026.500-0	5	3	10.800,00	abril-10	88.069,12	NA	NA
PIMENTA BUENO	0011.00044.500-8	23	3	16.200,00	abril-10	16.200,00	NA	NA
PORTO VELHO	0003.00279.500-5	15	3	126.207,00	abril-10	162.118,76	NA	NA
PORTO VELHO	0003.00278.500-0	15	3	126.207,00	abril-10	126.207,00	NA	NA
PORTO VELHO	0003.00287.500-9	15	3	126.207,00	abril-10	240.962,99	NA	NA
PORTO VELHO	0003.00288.500-4	15	3	126.207,00	abril-10	245.002,68	NA	NA
PORTO VELHO	0003.00281.500-6	15	3	138.689,25	abril-10	322.824,83	NA	NA

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
PORTO VELHO	0003.00280.500-0	15	3	126.207,00	abril-10	321.168,28	NA	NA
PORTO VELHO	0003.00286.500-3	15	3	216.316,00	abril-10	261.282,00	NA	NA
PORTO VELHO	0003.00424.500-2	15	3	216.316,80	abril-10	396.351,33	NA	NA
PORTO VELHO	0003.00422.500-1	15	3	197.460,00	abril-10	393.149,70	NA	NA
PORTO VELHO	0003.00423.500-7	5	3	197.460,00	abril-10	395.033,42	NA	NA
PORTO VELHO/RO-SEDE	A CADASTRAR	21	3	S/INFORMAÇÃO	abril-10	3.753.143,92	NA	NA
PRESIDENTE MEDICI	0019.00005.500-0	5	3	391.700,00	abril-10	610.473,41	NA	NA
PRESIDENTE MEDICI.	0019.00008.500-7	14	3	29.377,50	abril-10	40.000,00	NA	NA
ROLIM DE MOURA	0029.00007.500-9	5	3	531.565,42	abril-10	661.830,15	NA	NA
ROLIM DE MOURA	0029.00009.500-0	5	3	21.887,69	abril-10	65.206,18	NA	NA
SANTA LUZIA	0043.00005.500-3	15	3	1.950,00	abril-10	22.455,73	NA	NA
SANTA LUZIA.	0043.00004.500-8	5	3	86.871,71	abril-10	59.821,23	NA	NA
VILHENA	0013.00031.500-3	5	3	S/INFORMAÇÃO	abril-10	NÃO AVALIADO	NA	NA
VILHENA	0013.00030.500-8	22	3	26.844,90	abril-10	170.354,09	NA	NA
VILHENA	0013.00047.500-0	15	3	24.294,90	abril-10	47.848,61	NA	NA
VILHENA	0013.00050.500-7	22	3	60.910,14	abril-10	567.046,86	NA	NA
VILHENA	0013.00073.500-2	5	3	13.472,70	abril-10	56.607,69	NA	NA
Total				16.991.734,17		26.984.256,93	Σ	Σ

Fonte: Sopat/Salog/Diadm/Suest-RO

Legenda:

RIP: É o código de Registro Imobiliário Patrimonial – RIP do imóvel gerado de acordo com lei de formação estabelecida pela SPU.

Regime: É o regime de utilização do imóvel formalizado com a União e a situação em que se encontra o processo de regularização do imóvel, que deverá ser informado conforme a seguinte codificação:

1 – Aquicultura	7 – Comodato	13 – Entrega – Adm. Federal Direta	20 – Locação para Terceiros
2 – Arrendamento	8 – Disponível para Alienação	14 – Esbulhado (Invadido)	21 – Uso em Serviço Público
3 – Cessão – Adm. Federal Indireta	9 – Em processo de Alienação	15 – Imóvel Funcional	22 – Usufruto Indígena
4 – Cessão – Outros	10 – Em regularização – Cessão	16 – Irregular – Cessão	23 – Vago para Uso
5 – Cessão – Prefeitura e Estados	11 – Em regularização – Entrega	17 – Irregular – Entrega	
6 – Cessão Onerosa	12 – Em regularização – Outros	18 – Irregular – Outros	

Estado de Conservação: estado em que se encontra o imóvel, segundo a seguinte classificação:

- | | |
|---------------|---------------------------------|
| 1 – Novo | 5 – Reparos Importantes |
| 2 – Muito Bom | 6 – Ruim |
| 3 – Bom | 7 – Muito Ruim (valor residual) |
| 4 – Regular | 8 – Sem Valor |

Análise crítica

O exercício de 2011 foi marcado pela imobilidade da Gestão patrimonial em função de mudanças ocorridas, principalmente, no que se refere a transferência das ações do Subsistema de Saúde Indígena da Funasa para a Sesai; e restrições impostas pelo Decreto nº 7.446, de 1º de março de 2011 resultando na diminuição do Teto de diárias, fatores determinantes para que esta SUEST estabelecesse prioridades para as atividades das áreas afins, sem disponibilidade para a execução das atividades de fiscalização, regularização e avaliação dos imóveis de responsabilidade desta UJ.

De acordo com o demonstrado, esta SUEST-RO ainda possui um quantitativo considerável de bens/imóveis imobilizados cedidos ao Estado e municípios, requerendo que a equipe conjuntamente com técnicos da Secretaria de Patrimônio da União se desloquem às localidades interioranas, objetivando a avaliação e decisões dos Acórdãos, Decretos e Leis.

Finalmente, diante das alterações na missão institucional, faz-se necessário análise e reavaliação dos imóveis com vistas efetivação das providências administrativas legais quanto à venda, doação ou transferência do patrimônio imobilizado.

12. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TI

12.1 – Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

Quadro A.12.1 – Gestão de Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada (NÃO SE APLICA A ESTA UJ)

A gestão de TI é realizada pelo Nível Central da Funasa, cujas informações serão apresentadas no relatório de gestão da Presidência da Funasa.

13. INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO

13.1 – Despesas com Cartão de Crédito Corporativo da UJ

Quadro A.13.1 – Despesas com Cartão de Crédito Corporativo por UJ e por Portador

Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1	255022	Limite de Utilização da UG	R\$ 130.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Célia Maria Bezerra da Silva	068.059.302-00	R\$ 680,00		R\$ 1.115,53	R\$ 1.115,53
Célia Maria Bezerra da Silva	068.059.302-00	R\$ 1.500,00		R\$ 1.063,72	R\$ 1.063,72
Célia Maria Bezerra da Silva	068.059.302-00	R\$ 3.500,00		R\$ 2.779,18	R\$ 2.779,18
Célia Maria Bezerra da Silva	068.059.302-00	R\$ 1.500,00		R\$ 1.415,50	R\$ 1.415,50
Maria do Carmo dos S. Ramos	149.353.092-53	R\$ 600,00		R\$ 600,00	R\$ 600,00
Maria do Carmo dos S. Ramos	149.353.092-53	R\$ 3.000,00	R\$ 2.742,88		R\$ 2.742,88
Maria do Carmo dos S. Ramos	149.353.092-53	R\$ 3.500,00	R\$ 3.467,37		R\$ 3.467,37
Maria do Carmo dos S. Ramos	149.353.092-53	R\$ 4.000,00	R\$ 3.836,12		R\$ 3.836,12
Maria do Carmo dos S. Ramos	149.353.092-53	R\$ 3.600,00	R\$ 3.575,26		R\$ 3.575,26
Total utilizado pela UG			R\$ 13.621,63	R\$ 6.973,93	R\$ 20.595,56
Código da UG 2:		Limite de Utilização da UG:			
Total utilizado pela UG					
Total utilizado pela UJ					

Fonte: SIAFI

Quadro A.13.2 – Despesa com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Valores em R\$1,00

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	(a+b)
2011	4	R\$ 13.621,63	5	R\$ 6.973,93	R\$ 20.595,56
2010	16	R\$ 23.507,67	17	R\$ 30.051,10	R\$ 53.558,77
2009	33	R\$ 41.097,71	40	R\$ 51.168,14	R\$ 92.265,85

Fonte : SIAFI

14. INFORMAÇÕES SOBRE RENÚNCIA TRIBUTÁRIA

Este Item NÃO SE APLICA A NATUREZA JURÍDICA DESTA UJ.

15. INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER AS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU

15.1. Deliberações do TCU atendidas no exercício

Quadro A.15.1 – Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício, consta no Anexo IV, deste Relatório.

15.2. Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

O Quadro A.15.2 – Situação das Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Atendimento **não foi utilizado** por não ter havido pendências no atendimento às deliberações do TCU.

15.3. Recomendações do OCI atendidas no exercício

Quadro A.15.3 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI, **não foi utilizado** por não ter havido pendências no atendimento às deliberações do TCU.

15.4. Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício,

Quadro A.15.4 – Situação das Recomendações do OCI que **Permanecem Pendentes** de Atendimento no Exercício, consta no Anexo V deste Relatório.

16. INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

16.1. Recomendações da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendidas no exercício

Quadro A.16.1 – Informações sobre Recomendação da Unidade de Controle Interno ou de Auditoria Interna **atendida** no Exercício, consta no **Anexo V** deste relatório.

16.2. Recomendação da unidade de controle interno ou de Auditoria Interna pendentes de atendimento.

Quadro A.16.2 – Informações sobre Recomendação da Unidade de Auditoria Interna **Pendente** de Atendimento no Final do Exercício de Referência, consta no **Anexo VI** deste relatório.

17. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

17.1 Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis

Quadro B.1.1 – Declaração de que as Demonstrações Contábeis do Exercício refletem corretamente a Situação Orçamentária, Financeira e Patrimonial desta UJ, consta no **Anexo VII** deste relatório.

18. ANÁLISE CRÍTICA DS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL DIRETA

A informação referente a este item **NÃO SE APLICA A NATUREZA JURÍDICA DESTA UNIDADE.**

19. ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DAS EMPRESAS ESTATAIS.

As informações referentes a este item **NÃO SE APLICAM A NATUREZA JURÍDICA DESTA UNIDADE**

20.COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DE CAPITAL

As informações referentes a este item **NÃO SE APLICAM A NATUREZA JURÍDICA DESTA UNIDADE.**

21.INFORMAÇÕES SOBRE FUNDO PARTIDÁRIO

As informações referentes a este item NÃO SE APLICAM A NATUREZA JURÍDICA DESTA UNIDADE.

22.INFORMAÇÕES SOBRE FUNDOS CONSTITUCIONAS

As informações referentes a este item NÃO SE APLICAM A NATUREZA JURÍDICA DESTA UNIDADE.

23.INDICADORES DE DESEMPENHO DO IFES

As informações referentes a este item NÃO SE APLICAM A NATUREZA JURÍDICA DESTA UNIDADE.

24.ANALISE DE SITUAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

As informações referentes a este item NÃO SE APLICAM A NATUREZA JURÍDICA DESTA UNIDADE.

25.REMUNERAÇÃO PAGA AOS ADMISTRADORES

As informações referentes a este item NÃO SE APLICAM A NATUREZA JURÍDICA DESTA UNIDADE.

26.CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO”

As informações referentes a este item NÃO SE APLICAM A NATUREZA JURÍDICA DESTA UNIDADE.

27.SUPERVISÃO DE CONTRATOS DE GESTÃO CELEBRADOS COM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS.

As informações referentes a este item NÃO SE APLICAM A NATUREZA JURÍDICA DESTA UNIDADE.

28.INFORMAÇÕES SOBRE IMÓVEIS ALIENADOS EM 2011 EM CONSONÂNCIA COM O PLANO NACIONAL DE DESOMIBILIZAÇÃO

As informações referentes a este item NÃO SE APLICAM A NATUREZA JURÍDICA DESTA UNIDADE.

29.INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATOS DE GESTÃO CELEBRADOS.

A informação referente a este item NÃO SE APLICA A NATUREZA JURÍDICA DESTA UNIDADE.

30.AVALIAÇÃO DE TERMOS DE PARCERIA CELEBRADOS PELA UJ

A informação referente a este item NÃO SE APLICA A NATUREZA JURÍDICA DESTA UNIDADE

CONCLUSÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO

O exercício de 2011 foi marcado por grandes mudanças na estrutura da Funasa em decorrência dos efeitos da publicação dos Decretos nº 7.336/ 2010, e 7.461/2011, que versa sobre a transferência da gestão do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena da Funasa para o Ministério da Saúde, criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), e ainda, o Decreto 7.335/10, que redefine as atribuições da redefinição das competências da Funasa; que a partir daí, assume as ações de promoção e proteção à saúde, estabelecidas pelo Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental com a criação do Departamento de Saúde Ambiental, além da continuidade da atribuição de executar ações de saneamento em municípios de até 50 mil hab., saneamento em áreas rurais, comunidades extrativistas, ribeirinhas e remanescentes de quilombos.

É importante ressaltar que no exercício em referência, esta SUEST-RO, dispensou todo apoio administrativo necessário, visando garantir a transição das ações e serviços para os Distritos Sanitários Indígenas de Saúde (02), sem prejuízo da execução da gestão orçamentária e acompanhamento das ações programadas (sub-rogação de diversos contratos e transferência de bens inerentes ao Subsistema).

No Monitoramento do Plano Operacional-2011, registra-se o alcance de 33 Metas Alcançadas, correspondente a 75% (33) das Metas Programadas (44).

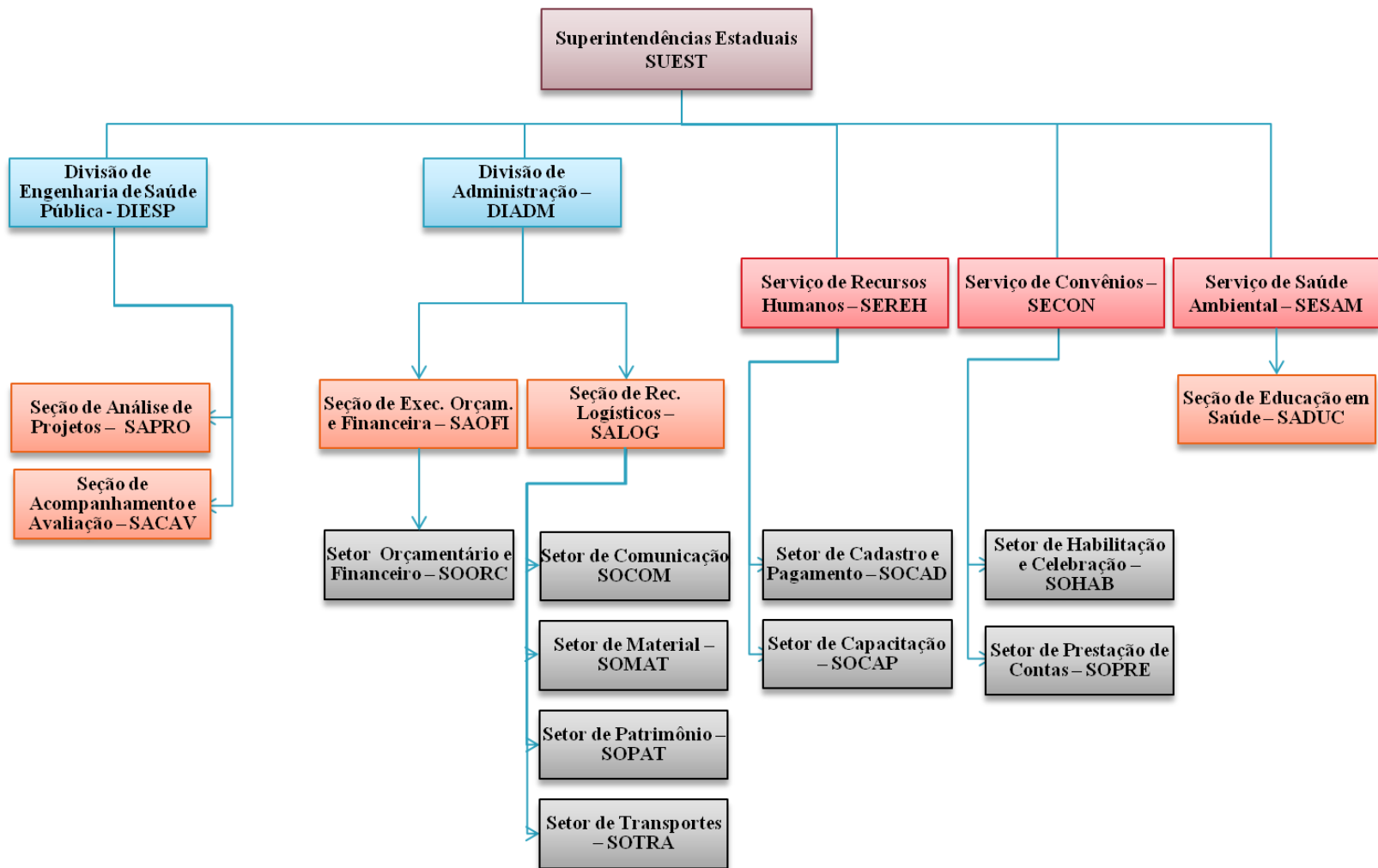
No desenvolvimento das ações, de forma ampla, podemos citar como fator que restringiu e/ou dificultou o alcance das metas, a disponibilidade de diárias reduzida, que comparativamente a 2010 foi em torno de R\$ 701.557; em 2011 o montante foi reduzido em função do Decreto Presidencial, totalizando o montante de R\$ 353.774,94. O que a princípio é uma economia orçamentária, configura-se como prejuízo social impossibilitando as ações de fiscalização, orientação, supervisão, etc.

Aspecto preocupante para os exercícios seguintes diz respeito à força de trabalho da SUEST-RO. Apesar de 444 servidores de carreira ativo, somente 110 estão lotados na Sede e outros 334 permanecem cedidos para outros municípios. Faz-se necessária atenção especial à urgente renovação do quadro de pessoal, a considerar-se que neste exercício, 38% da força de trabalho estão em abono permanência e nos próximos 3 anos, acresce-se em média mais 50% dos servidores estarão aptos para o processo de aposentadoria, complicando-se ainda mais o já difícil quadro da força de trabalho necessária/existente.

ANEXOS

Anexo I – Organograma – Superintendência Estadual de Rondônia	82
Anexo II – Declaração do Superintendente sobre os registros atualizados no sistema SIASG e SICONV.....	83
Anexo III – Quadro A.15.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	84
Anexo IV – Quadro A.15.4 – Situação das Recomendações do OCI que permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício	87
Anexo V – Quadro A.16.1 – Informações Sobre Recomendação da Unidade De Controle Interno ou de Auditoria Interna Atendida No Exercício.....	89
Anexo VI – Quadro A.16.2 – Informações sobre Recomendação de Unidade de Auditoria Interna Pendente de Atendimento no Final do Exercício de Referência	91
Anexo VII – Declaração do Contador com Ressalva (Suest/RO)	99

Anexo I – Organograma– Superintendência Estadual de Rondônia



Fonte: Decreto Nº 7.335, de 19/10/2010/ Portaria Nº 1.178 de 09/11/2010.

Anexo II – Item 7. REGISTROS ATUALIZADOS NO SISTEMA SIASG E SICONV

Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.

DECLARAÇÃO

Eu, JOSAFÁ PIAUHY MARREIRO, CPF nº 035.898.898.622-20, ocupante do cargo de Superintendente Estadual, exercido na **Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde no Estado de Rondônia** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Porto Velho (RO), 23 de março de 2012

JOSAFÁ PIAUHY MARREIRO

CPF nº 035.898.898.622-20

Superintendente Estadual

Anexo III – Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde – Superintendência Estadual/RO					2207
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC-027.585/2009-8	47/2011	9.2.1		Of.66/2011-TCU/SECEX/RO 08/02/2011
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde					255022
Descrição da Deliberação:					
Nos próximos procedimentos licitatórios, proceda-se uma detalhada estimativa de preços com base em pesquisa fundamentada em informações de diversas fontes propriamente avaliadas, como por exemplo, cotações específicas com fornecedores, contratos anteriores do próprio órgão, contratos de outros órgãos, e em especial, os valores registrados no Sistema de Preços Praticados do Siasg e nas atas de registro de preços da Administração Pública Federal, de forma a possibilitar a estimativa mais real possível, em conformidade com os artigos 6º, inciso IX, Alínea “f”, e 43, inciso IV, da Lei 8.666/93.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Seção de Recursos Logísticos					255022
Síntese da providência adotada:					
Efetuou-se, para todos os procedimentos licitatórios, ampla pesquisa de preços, com base na deliberação exposta, junto a fornecedores, contratos anteriores, contratos de outros órgãos, SRP's.					
Síntese dos resultados obtidos					
Aquisições vantajosas, economia de recursos, segurança para contratação/aquisição.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Demora na deflagração dos processos licitatórios, tendo em vista a pesquisa efetuada junto a fornecedores, os quais não correspondem à solicitação do levantamento de preços, bem como haver desinteresse por parte dos mesmos em efetuar o procedimento, porém quando deflagrada a licitação, se interessam em participar do certame.					

Fonte: Diadm/Suest-RO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde – Superintendência Estadual/RO					2207
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	TC-027.585/2009-8	47/2011	9.2.2		Of.66/2011-TCU/SECEX/RO 08/02/2011
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde					2207
Descrição da Deliberação:					
Cumprir estritamente o § 1º do artigo 4º do Decreto nº 5.450/2005, utilizando-se de pregões presenciais somente nos casos de impossibilidade ou inviabilidade de utilização do pregão.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Seção de Recursos Logísticos					255022
Síntese da providência adotada:					
Adotou-se como preferência a utilização do Pregão Eletrônico.					
Ampla participação de licitantes nos certames, transparência, economia, propostas vantajosas para Administração. Aumento de processos administrativos em função do descumprimento de obrigações pactuadas por parte das licitantes vencedoras, dificuldade em puni-las.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Indisponibilidade e interesse de servidores que queiram aprender e tenham perfil para Pregoeiro.					

Fonte: Diadm/Suest-RO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde – Superintendência Estadual/RO					2207
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
03	TC-027.585/2009-8	47/2011	9.2.3		Of.66/2011-TCU/SECEX/RO 08/02/2011
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde					255022
Descrição da Deliberação:					
Em relação à inclusão irregular de parcela referente ao IFPJ e CSLL na composição da planilha de custos da Contratada F.C. Imóveis e Conservação Ltda, informe a este Tribunal o resultado das ações de ressarcimento promovidas por este Órgão.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Seção de Recursos Logísticos					255022
Síntese da providência adotada:					
A SUEST instituiu um Grupo de Trabalho, por intermédio da Portaria nº 526 de 18/9/2009, Processo nº 25275.029.564/2009-71, com intuito de levantar as alíquotas indevidas no citado contrato.					
Síntese dos resultados obtidos					
Obteve-se o valor a ser ressarcido, contudo não foi possível notificar à Empresa F.C.Imóveis Ltda em função das correspondências serem devolvidas pelos Correios por não localizar o destinatário. Maior observância na composição das PCFP's, as quais para aprovação passam por análises criteriosas.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Deficiência de servidores com conhecimento para efetuar o trabalho.					

Fonte: Diadm/Suest-RO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde – Superintendência Estadual/RO					2207
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Itens	Tipo	Comunicação Expedida
04	TC-024.564/2010-9	1155/2010	9.3.1, 9.3.2 e 9.4		Ofício nº 363/Sereh/Suest/RO de 11.05.2011
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde					255022
Descrição da Deliberação:					
<p>9.3.1 – Faça cessar no prazo de 15 (quinze) dias, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, contados a partir da ciência da deliberação do Tribunal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;</p> <p>9.3.2 – Comunique a interessada acerca da presente deliberação do Tribunal, alertando-a de que o efeito suspensivo decorre de eventual interposição de recurso não a exime da devolução dos valores recebidos indevidamente após a respectiva notificação, em caso de não provimento;</p> <p>9.4 – esclarecer a entidade de origem que a concessão ora impugnada poderá prosperar, mediante emissão de novo ato, escoimado da irregularidade apontada, conforme previsto no art. 262 § 2º, do Regimento Interno do TCU, observando, se for o caso, o procedimento estabelecido no subitem 9.2.1.2 do Acórdão 2161/2005-Plenário.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Serviço de Recursos Humanos					255022
Síntese da providência adotada:					
<p>9.3.1 - Efetuou a exclusão dos valores referentes aos pagamentos decorrentes do ato impugnado.</p> <p>9.3.2 – Servidora notificada através do Ofício nº158/Socad/Sereh/Suest/RO de 21.03.2011.</p> <p>9.4 – Na data de 27.04.2011, esta SUEST efetuou novo registro no SISAC, escoimando as irregularidades apontada no referido Acórdão.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
Cumprimento do Acórdão					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Esta Superintendência cumpriu parcialmente o Acórdão, retardando a efetuar o registro no SISAC, devido a grande demanda de Acórdãos para cumprimento.					

Fonte: Socad/Sereh/Suest/RO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde – Superintendência Estadual/RO					2207
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Itens	Tipo	Comunicação Expedida
05	TC-003.619/2011-7	2590/2011	1.5		Ofício nº 379/Sereh/Suest/RO de 04.07.2011
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde					255022
Descrição da Deliberação:					
1.5 – Emita novo ato no prazo de 15 (quinze) dias, corrigindo a falha originalmente identificada, ou seja, suprimindo a incompatibilidade existente entre o tempo informado no campo tempo de serviço para aposentadoria e a discriminação dos tempos de serviço e averbação.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Seção de Recursos Humanos					255022
Síntese da providência adotada:					
1.5 – Efetuou novo registro no SISAC, escoimando as irregularidades apontada no referido Acórdão, dentro do tempo hábil..					
Síntese dos resultados obtidos					
Cumprimento do Acórdão					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Comunicação direta com a SEFIP/TCU, facilitando o esclarecimento das duvidas existentes para cumprimento do Acórdão.					

Fonte: Socad/Sereh/Suest/RO

Anexo IV – Quadro A.15.4 – Situação das Recomendações do OCI que permanecem Pendentes de Atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde – Superintendência Estadual/RO			2207
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Nota de Auditoria	1	Nota de Auditoria nº 201112513/01 de 7/2/2012
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Estadual de Rondônia			255022
Descrição da Recomendação:			
Verificar a vigência das garantias prestadas nos demais contratos de prestação de serviços e que promova a adequação ao prazo estabelecido na IN 2/2008 àquelas que dispõem forma diversa.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Seção de Recursos Logísticos - Salog			255022
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Considerando que a Nota Técnica foi encaminhada a esta Superintendência Estadual em fevereiro de 2012, o atendimento à recomendação está em andamento, cujo levantamento dos contratos e suas garantias está em fase final para cobrança do cumprimento da In.nº 2/2008.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Cumprimento da legislação.			

Fonte: Diadm/Suest-RO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde – Superintendência Estadual/RO			2207
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	Nota de Auditoria	1	Nota de Auditoria nº 201112513/01 de 7/2/2012
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Estadual de Rondônia			255022
Descrição da Recomendação:			
Proceda a imediata readequação do quadro de serventes com a exclusão de 1 posto de trabalho do Contrato nº 57/2010.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Seção de Recursos Logísticos - Salog			255022
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Emitido expediente à C.G.U. comprovando os aspectos favoráveis (vantagens) para Administração em manter o posto de trabalho.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não se aplica.			

Fonte: Diadm/Suest-RO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde – Superintendência Estadual/RO			2207
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	Nota de Auditoria	1	Nota de Auditoria nº 201112513/01 de 7/2/2012
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Estadual de Rondônia			255022
Descrição da Recomendação:			
Determine aos fiscais dos contratos o imediato estabelecimento de todos os mecanismos e rotinas de fiscalização e controle previstos na legislação, bem como promova a capacitação de servidores para que possam atuar como fiscais de Contrato.57/2010.			
Providências Adotadas			
Divisão de Administração - Diadm			255022
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Os fiscais atuantes estão devidamente capacitados e passarão por cursos de atualização a fim de que possam implementar e/ou melhorar sua atuação.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Cumprimento da legislação.			
Divisão de Administração – Diadm			

Fonte: Diadm/Suest-RO

Anexo V – Quadro A.16.1 – Informações sobre Recomendação da Unidade de Controle Interno ou de Auditoria Interna **Atendida** no Exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nota Técnica 16/2011/Corai/Audit.
Data do Relatório de Auditoria	18/09/2009
Item do Relatório de Auditoria	3.1.4.3.d
Comunicação Expedida/Data	Memo. 334/Aud/PRES. 18.02.2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Patrimônio – Sopat
Descrição da Recomendação	A Suest deverá concluir a realização de processo de alienação bens.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Divisão de Administração	
Síntese das providências adotadas	
Procedeu-se nomeação de Comissão Leilão, com realização por intermédio do processo nº 25275.006.021/2010-10, sendo efetuado no 2º Semestre de 2011.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento à legislação pertinente.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Falta de servidores para atuar na Comissão de Leilão, bem como indisponibilidade orçamentária para providenciar vinda dos bens, os quais localizavam-se no Estado de Rondônia, Amazonas e Mato Grosso.	

Fonte: Diadm/Suest-RO

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nota Técnica 16/2011/Corai/Audit.
Data do Relatório de Auditoria	18/09/2009
Item do Relatório de Auditoria	3.1.5.6
Comunicação Expedida/Data	Memo. 334/Aud/PRES. 18.02.2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Setor de Material – Somat
Descrição da Recomendação	Informar no prazo de 15 dias após o recebimento da Nota Técnica e relatório as medidas adotadas referente a recomendação constante nos Relatórios de Auditorias nº 2007/121 e 2008/179, qual seja identificar, por meio investigativo a causa da grande quantidade de medicamentos vencidos.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Divisão de Administração	
Síntese das providências adotadas	
No exercício de 2010, foi instaurado processo nº 25275.030.400/2010-22, Portaria nº 145/2010, que dentre apontamentos, levantou a situação dos medicamentos vencidos, verificando a inexistência de responsabilidade da Suest/RO e propondo a incineração. O Processo de incineração, nº 25275.016.104/2011-06, foi concluído no exercício de 2011.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento à legislação pertinente.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Mercado limitado de empresas de incineração, estando restrito esse serviço a grandes centros comerciais, como São Paulo, Rio de Janeiro.	

Fonte: Diadm/Suest-RO

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nota Técnica 16/2011/Corai/Audit.
Data do Relatório de Auditoria	18/09/2009
Item do Relatório de Auditoria	3.1.9.1
Comunicação Expedida/Data	Memo. 334/Aud/PRES. 18.02.2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Seção de Execução Orçamentária e Financeira – Saofi
Descrição da Recomendação	Providenciar a imediata regularização, sob pena de apuração de responsabilidade do preposto, solidariamente com o proponente e o ordenador de despesas da Concessão de Diárias e Passagens dos indígenas: José Maria Karitiana, José Nilton Tupari, Olivia Cabixi e Puruwa Amondawa.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Seção de Execução Orçamentária e Financeira	
Síntese das providências adotadas	
Providenciou-se os documentos necessários para baixa da despesa junto ao Sistema de Concessão de Diárias e Passagens.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento à legislação pertinente.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Trata de despesa efetuada por indígenas, clientela que não preserva documentos para prestação de contas.	

Fonte: Diadm/Suest-RO

Anexo VI – Quadro A.16.2 – Informações sobre Recomendação de Unidade de Auditoria Interna Pendente de Atendimento no Final do Exercício de Referência

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nota Técnica 16/2011/Corai/Audit.
Item do Relatório de Auditoria	3.1.1.1.b
Comunicação Expedida	Memo. 334/Aud/PRES. 18.02.2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Contábil Financeira – Saofi
Descrição da Recomendação	Providenciar a conclusão da baixa no Sistema Siafi dos valores da Conta Contábil 1.9.9.3.01.00, demonstrando toda documentação comprobatória das despesas com seus respectivos Termos de Encerramento Sumário Final de cada obra.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Seção de Execução Orçamentária e Financeira	
Justificativas para o não atendimento	
Mediante transição das ações de saúde indígenas efetuadas no exercício de 2011, bem como a redistribuição de servidores do quadro da Fundação Nacional de Saúde para a Secretaria de Saúde Indígena, encontrou-se dificuldade para compor Grupo de Trabalho com servidores disponíveis para efetuar o levantamento e a conseqüente baixa dos valores.	

Fonte: Diadm/Suest-RO

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nota Técnica 16/2011/Corai/Audit.
Item do Relatório de Auditoria	3.1.1.1.c
Comunicação Expedida	Memo. 334/Aud/PRES. 18.02.2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Contábil Financeira – Saofi
Descrição da Recomendação	Deverá envidar esforços para localizar e manter o controle dos processos referentes a essas despesas irregulares, para em seguida tomar as providências que o caso requer. Efetivada a localização dos autos, sugere-se ainda acessar o endereço do TCU e pesquisar se já houve julgamento das contas e em seguida proceder à baixa da Conta Contábil 11229.08.00.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Seção de Execução Orçamentária e Financeira	
Justificativas para o não atendimento	
Mediante transição das ações de saúde indígenas efetuadas no exercício de 2011, bem como a redistribuição de servidores do quadro da Fundação Nacional de Saúde para a Secretaria de Saúde Indígena, encontrou-se dificuldade para compor Grupo de Trabalho com servidores disponíveis para efetuar o levantamento e a conseqüente baixa dos valores.	

Fonte: Diadm/Suest-RO

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nota Técnica 16/2011/Corai/Audit.
Item do Relatório de Auditoria	3.1.4.h
Comunicação Expedida	Memo. 334/Aud/PRES. 18.02.2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Área de Patrimônio – Sopat
Descrição da Recomendação	Vistos que os registros encontram-se pendentes de regularização em vários exercícios, sem que houvesse uma ação conjunta da Diesp e Contabilidade com vistas a regularização. A Superintendência Estadual, juntamente com Cgofi/Deadm/Pre deverá providenciar a regularização das contas 14211.91.00 – Obras em andamento e 1993.01.01 – Obras em Favor de Entidades.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Seção de Execução Orçamentária e Financeira	
Justificativas para o não atendimento	
Mediante transição das ações de saúde indígenas efetuadas no exercício de 2011, bem como a redistribuição de servidores do quadro da Fundação Nacional de Saúde para a Secretaria de Saúde Indígena, encontrou-se dificuldade para compor Grupo de Trabalho com servidores disponíveis para efetuar o levantamento e a conseqüente baixa dos valores.	

Fonte: Diadm/Suest-RO

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Parecer de Auditoria Interna nº 13/2012
Item do Relatório de Auditoria	1
Comunicação Expedida	Memorando nº 373/Corai/Audit/Presi de 21/3/2012
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Seção de Convênios
Descrição da Recomendação	Adotar providências quanto ao registro no Siafi da apresentação de contas relativas à 1ª parcela liberada para TC/PAC nº 803/07.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Seção de Convênios	
Justificativas para o não atendimento	
Parecer de Auditoria encaminhado a esta Suest em 22/3/2012, cujo atendimento será providenciado ainda neste exercício.	

Fonte: Diadm/Suest-RO

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Parecer de Auditoria Interna nº 13/2012
Item do Relatório de Auditoria	1
Comunicação Expedida	Memorando nº 373/Corai/Audit/Presi de 21/3/2012
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Sereh
Descrição da Recomendação	Providenciar estudo específico com vistas à necessidade de suprir o quantitativo de pessoal na Suest, para promover a reposição de servidores.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Serviço de Recursos Humanos	
Justificativas para o não atendimento	
Parecer de Auditoria encaminhado a esta Suest em 22/3/2012, cujo atendimento será providenciado ainda neste exercício.	

Fonte: Diadm/Suest-RO

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Parecer de Auditoria Interna nº 13/2012
Item do Relatório de Auditoria	1
Comunicação Expedida	Memorando nº 373/Corai/Audit/Presi de 21/3/2012
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Salog
Descrição da Recomendação	Que nas próximas contratações realizadas no âmbito da Suest fosse providenciada a publicação da portaria de nomeação de pessoa capacitada para fiscalização e execução de contrato.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Seção de Recursos Logísticos	
Justificativas para o não atendimento	
Parecer de Auditoria encaminhado a esta Suest em 22/3/2012, cujo atendimento será providenciado neste exercício.	

Fonte: Diadm/Suest-RO

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Parecer de Auditoria Interna nº 13/2012
Item do Relatório de Auditoria	1
Comunicação Expedida	Memorando nº 373/Corai/Audit/Presi de 21/3/2012
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Saofi
Descrição da Recomendação	Que a Suest evitasse realizar pagamento às empresas que apresentassem pendências junto ao Sicaf, sob pena de apuração de responsabilidade, caso ocorresse à reincidência dos fatos citados.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Seção de Execução Orçamentária e Financeira	
Justificativas para o não atendimento	
Parecer de Auditoria encaminhado a esta Suest em 22/3/2012, cujo atendimento será providenciado ainda neste exercício.	

Fonte: Diadm/Suest-RO

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Parecer de Auditoria Interna nº 13/2012
Item do Relatório de Auditoria	1
Comunicação Expedida	Memorando nº 373/Corai/Audit/Presi de 21/3/2012
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Salog
Descrição da Recomendação	Doravante a Suest deverá planejar de forma consistente as suas contratações, principalmente realizando estudos quanto ao histórico do quantitativo, com vistas a obter uma projeção da necessidade de uso do material ou serviço a ser licitado.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Seção de Recursos Logísticos	
Justificativas para o não atendimento	
Parecer de Auditoria Encaminhado a esta Suest em 22/3/2012, cujo atendimento será providenciado ainda neste exercício.	

Fonte: Diadm/Suest-RO

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Parecer de Auditoria Interna nº 13/2012
Item do Relatório de Auditoria	1
Comunicação Expedida	Memorando nº 373/Corai/Audit/Presi de 21/3/2012
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Salog
Descrição da Recomendação	Proceda os reparos quanto ao vazamento de água nos dois mictórios do banheiro masculino localizados no 1º andar do prédio do edifício da Suest/RO, bem como verificar os outros banheiros e realizar os ajustes, caso necessário. Proceder reparos em luminárias, bem como agilizar certame para contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção predial, com vistas a minimizar os riscos com a perda de materiais já adquiridos e entregues para reparos do prédio.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Seção de Recursos Logísticos	
Justificativas para o não atendimento	
Parecer de Auditoria encaminhado a esta Suest em 22/3/2012, cujo atendimento será providenciado ainda neste exercício.	

Fonte: Diadm/Suest-RO

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Parecer de Auditoria Interna nº 13/2012
Item do Relatório de Auditoria	1
Comunicação Expedida	Memorando nº 373/Corai/Audit/Presi de 21/3/2012
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Seção de Recursos Logísticos
Descrição da Recomendação	Realizar Pregão Eletrônico pelo Sistema de Registro de Preços para compra de materiais elétricos e hidráulicos, tendo em vista as vantagens consignadas para a modalidade.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Seção de Recursos Logísticos	
Justificativas para o não atendimento	
Parecer de Auditoria encaminhado a esta Suest em 22/3/2012, cujo atendimento será providenciado ainda neste exercício.	

Fonte: Diadm/Suest-RO

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Parecer de Auditoria Interna nº 13/2012
Item do Relatório de Auditoria	1
Comunicação Expedida	Memorando nº 373/Corai/Audit/Presi de 21/3/2012
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Sotra
Descrição da Recomendação	Atentar para a adequada quantificação dos custos na fase interna da licitação, por meio de estudo das reais necessidades para aquisição de peças e acessórios para veículos no período, devendo promover a pesquisa de preços de mercado e o detalhamento em planilhas que demonstrem os valores e quantidades unitárias e totais estimadas. Fazer juntar aos respectivos autos toda a documentação que comprove as providências adotadas pela administração para justificar os valores aprovados.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Setor de Transportes	
Justificativas para o não atendimento	
Parecer de Auditoria encaminhado a esta Suest em 22/3/2012, cujo atendimento será providenciado ainda neste exercício.	

Fonte: Diadm/Suest-RO

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Parecer de Auditoria Interna nº 13/2012
Item do Relatório de Auditoria	1
Comunicação Expedida	Memorando nº 373/Corai/Audit/Presi de 21/3/2012
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Sotra
Descrição da Recomendação	Resgarde na elaboração do edital e do termo de referência, para que não conste condições que dificulte a execução do objeto pela empresa que for contratada, devendo ser comprovado que a localidade da sede da empresa não é fato impeditivo da sua capacidade operacional em atender às exigências de execução do objeto.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Sotra	
Justificativas para o não atendimento	
Parecer de Auditoria Encaminhado a esta Suest em 22/3/2012, cujo atendimento será providenciado ainda neste exercício.	

Fonte: Diadm/Suest-RO

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Parecer de Auditoria Interna nº 13/2012
Item do Relatório de Auditoria	1
Comunicação Expedida	Memorando nº 373/Corai/Audit/Presi de 21/3/2012
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Sotra
Descrição da Recomendação	Atentar para a adequada quantificação dos custos dos serviços, por meio de pesquisas de mercado e detalhamento em planilhas que demonstrem a quantidade estimada e os custos dos quantitativos unitários e totais a serem fornecidos, devendo juntar aos autos toda a documentação que comprove as providências adotadas pela administração para justificar os valores aprovados, principalmente, quando da existência de restrição de mercado.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Setor de Transportes	
Justificativas para o não atendimento	
Parecer de Auditoria encaminhado a esta Suest em 22/3/2012, cujo atendimento será providenciado ainda neste exercício.	

Fonte: Diadm/Suest-RO

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Parecer de Auditoria Interna nº 13/2012
Item do Relatório de Auditoria	1
Comunicação Expedida	Memorando nº 373/Corai/Audit/Presi de 21/3/2012
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Seção de Recursos Logísticos
Descrição da Recomendação	Concluir, se ainda não o fez, a sub-rogação do Contrato nº 32/2011, uma vez que o prazo para efetivação da transição da gestão do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena da Funasa para a Secretaria Especial de Saúde Indígena/MS já encerrou em 31/12/2011, conforme dispõe o art. 6º da Lei 7.336, de 19/10/2010.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Seção de Recursos Logísticos	
Justificativas para o não atendimento	
Parecer de Auditoria encaminhado a esta Suest em 22/12/2012, cujo atendimento será providenciado ainda neste exercício.	

Fonte: Diadm/Suest-RO



Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Parecer de Auditoria Interna nº 13/2012
Item do Relatório de Auditoria	1
Comunicação Expedida	Memorando nº 373/Corai/Audit/Presi de 21/3/2012
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Salog
Descrição da Recomendação	Levantar os valores das despesas de telefonia celular, por responsável, que comprovadamente ultrapassaram os limites estabelecidos na Portaria nº 670/01, de 1/12/2005, ao tempo em que deverão ser solicitadas as devidas justificativas, e na hipótese da não aceitação deverá ser providenciado o ressarcimento ao erário.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Seção de Recursos Logísticos	
Justificativas para o não atendimento	
Parecer de Auditoria encaminhado a esta Suest em 22/3/2012, cujo atendimento será providenciado ainda neste exercício.	

Fonte: Diadm/Suest-RO

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Parecer de Auditoria Interna nº 13/2012
Item do Relatório de Auditoria	1
Comunicação Expedida	Memorando nº 373/Corai/Audit/Presi de 21/3/2012
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Sopat
Descrição da Recomendação	Concluir o processo de localização de bens, com seus respectivos responsáveis, com a apuração de responsabilidade de quem deu causa, e o ressarcimento ao erário, e ainda que seja concluído o processo de transferência de bens à Sesai.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Sopat	
Justificativas para o não atendimento	
Parecer de Auditoria encaminhado a Suest em 22/3/2012, cujo atendimento será providenciado ainda neste exercício.	

Fonte: Diadm/Suest-RO

Anexo VII – Declaração do Contador com Ressalva (Suest/RO)

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Superintendência Estadual da FUNASA no Estado de Rondônia			255022
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siga (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, relativas ao exercício de 2011, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>RESTRICAO TITULO</p> <p>004 FALTA E/OU ATRASO DE REMESSA RMA</p> <p>101 FALTA E/OU ATRASO DE REMESSA DO RMB</p> <p>104 SALDOS ALONGADOS CONTAS TRANST. AT. PERMAN.</p> <p>163 SLD.ALONGADOS CTAS TRANSITORIAS AT.COMP.</p> <p>973 FALTA DE TEMPESTIVIDADE NA REMESSA DE DOCUMENTOS</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF.	Data	25/01/2012
Contador Responsável	 Evanice Camargo Cardoso	CRC nº	4763
Ordenador de Despesas	 Joséfá Píachy Marreiro Superintendente Estadual Por. Nº 1.305 de 23.11.10 D.O.U. nº 224, Seção 2 de 24.11.10 Assinatura/Carimbo		

FUNASA



Ministério da
Saúde

